

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

Cláudio Domiciano de Oliveira

DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL:
PARAISÓPOLIS E SEU DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO
CONTEXTO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL DE MINAS GERAIS
(1991 – 2017)

Paraisópolis
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

Cláudio Domiciano de Oliveira

DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL:
PARAISÓPOLIS E SEU DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO
CONTEXTO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL DE MINAS GERAIS
(1991 – 2017)

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal de São João del-Rei como
parte dos requisitos para obtenção do título de
Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Thiago de Sousa Santos

Paraisópolis
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

Cláudio Domiciano de Oliveira

DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL:
PARAISÓPOLIS E SEU DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO
CONTEXTO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL DE MINAS GERAIS
(1991 – 2017)

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal de São João del-Rei
como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Setembro de 2018.

Profa. Dra. Denise Alves Guimarães

Prof. Dr. Thiago de Sousa Santos
(Orientador)

RESUMO

O desenvolvimento econômico e social dos municípios brasileiros, passou a ter uma determinação legal com a Constituição Federal de 1988 que elencou as obrigações do Estado para promover a democracia social na forma da partilha de recursos e sua utilização objetivando a diminuição das desigualdades econômicas entre os cidadãos. A avaliação por parte de organismos internacionais e nacionais, públicos e privados, do grau da qualidade de vida das populações se tornaram nos últimos anos trabalhos importantes para os gestores públicos locais, estaduais e federais a partir do momento em que o cruzamento de informações de diferentes bancos de dados permitem verificar a evolução ou não de uma determinada localidade. A região Sul de Minas Gerais tem um desenvolvimento econômico *sui generis* dentro do estado por receber a influência direta do estado de São Paulo com o qual faz fronteira e tem relações comerciais e sociais sólidas e presentes no cotidiano de seus habitantes. O município de Paraisópolis tem ainda mais notória essa influência projetada da economia paulista sobre seu território cuja industrialização desde sempre foi alcançada com capitais vindos do estado vizinho. O desenvolvimento econômico e social de Paraisópolis nas últimas duas décadas e meia é o resultado da expansão de capitais de São Paulo no Sul de Minas e sua distribuição para a população na forma de renda, junta-se às políticas federais de repasses de recursos para educação e saúde constituindo momentos de altos e baixos para o cenário social do município. A verificação e análise dos indicadores municipais de educação, saúde, trabalho e renda a partir de informações de diferentes institutos de pesquisas, permitem apontar caminhos para a busca de um desenvolvimento coeso diante da limitação de recursos financeiros para o melhor uso deles e atendimento das necessidades locais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Sul de Minas; Paraisópolis.

ABSTRACT

The economic and social development of the Brazilian municipalities began to have a legal determination with the Federal Constitution of 1988 that listed the obligation of the State to promote social democracy in the form of resource sharing and its use aiming at reducing economic inequalities among citizens. The evaluation by international and national public and private institutions of the quality of life of the population has become, in recent years, important work for local, state and federal public managers, once it enables you to check the progress of a particular location. The Southern region of Minas Gerais has a *sui generis* economic development within the state to receive the direct influence of the state of São Paulo with which it borders and has solid commercial and social relations present in the daily life of its inhabitants. The municipality of Paraisópolis has even more noticeable this projected influence of the economy of São Paulo on its territory whose industrialization has always been achieved with capital from the neighboring state. The economic and social development of Paraisópolis, in the last two and a half decades, is the result of the capital expansion of São Paulo in the South of Minas Gerais and its distribution to the population in the form of income, joining the federal policies of transfers of resources for education and health, constituting moments of ups and downs for the social scenery of the municipality. The verification and analysis of the municipal indicators of education, health, work and income with information from different research institutes, allow us to point out ways to search for a cohesive development in view of the limitation of financial resources for the best use of them and the meeting of the local needs.

Keywords: Economic development; South of Minas; Paraisópolis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 Justificativa	8
1.2 Problema de pesquisa	8
1.3 Hipóteses	8
1.4 Objetivos	9
1.4.1 <i>Objetivo Geral</i>	9
1.4.2 <i>Objetivos específicos</i>	9
1.5 Referencial teórico	9
1.5.1 <i>Origens do crescimento e desenvolvimento econômico</i>	11
1.5.2 <i>Diferenças entre crescimento e desenvolvimento econômico</i>	12
1.5.3 <i>Sociedade civil e desenvolvimento</i>	13
1.5.4 <i>Relação entre desenvolvimento econômico e social</i>	16
1.6 Metodologia	18
2 A REGIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO	20
2.1 A região Sul de Minas	21
2.1.1 <i>População do Sul de Minas, PIB e arrecadação de impostos</i>	22
2.2 Mensurando o desenvolvimento	25
2.2.1 <i>Ferramentas para mensurar o desenvolvimento</i>	27
3 CONJUNTURA HISTÓRICO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS	29
3.1 O CODIVAP	31
3.1.1 <i>O município de Paraisópolis nos números do PNUD</i>	40
3.1.2 <i>O Índice FIRJAN de desenvolvimento do município de Paraisópolis</i>	44
3.1.3 <i>Arrecadação de impostos</i>	47
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	48
4.1 Paraisópolis na avaliação do PNUD	49
4.1.1 <i>População e saúde</i>	50
4.1.2 <i>Educação</i>	51
4.1.3 <i>Renda e trabalho</i>	52
4.2 Paraisópolis na avaliação do Índice FIRJAN	52
4.3 A arrecadação de impostos	54
5 CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento em seu significado amplo pode ser reconhecido como uma benesse a ser buscada constantemente de modo a nortear as gestões públicas, sobretudo àquelas ligadas ao poder executivo em suas três esferas de atuação definidas pela Constituição de 1988: o municipal, o estadual e o federal.

O município é o menor componente na hierarquia dos entes constituintes da República Federativa do Brasil e de certa forma, pode ser considerado também o mais relevante. Com a Constituição de 1988 e diante dos ideais de cidadania e participação, a “Constituição Cidadã” como foi chamada naquela época, realizou muitas mudanças no federalismo fiscal brasileiro, incentivando a descentralização do poder para o nível local. Os municípios foram fortalecidos e colocados em importância como membro da federação como unidade subnacional. Antes da promulgação da Constituição de 1988, o pacto federativo reconhecia apenas a união e os estados e somente para eles eram conferidas competências e autonomia. A partir de 1988, os municípios assumem um papel de protagonismo com a ação governamental e poder de execução de políticas públicas, pela aproximação com a sociedade para o exercício de cidadania e a garantia dos direitos ao cidadão.

Os estados federados nada mais são do que uma junção de territórios municipais sob uma administração centralizada e por vezes, ainda ineficiente. E assim é também o país, um aglomerado de estados. A Constituição de 1988 permitiu aos municípios brasileiros assumir uma posição de destaque no cenário político do país para a formulação e execução das políticas públicas brasileiras. Os municípios, tornaram-se autônomos, às vezes assumindo o protagonismo na vida pública, o que dá a eles o importante papel de prover de bens e serviços públicos normalmente com a devida compensação financeira pelos níveis superiores de governo ou, em alguns casos, assumindo o papel que legalmente deveria ser de responsabilidade dos governos estaduais e federal.

O desenvolvimento pretendido como ideal na época contemporânea além de ser econômico, social e ambiental, precisa ser também sustentável. Essa sustentabilidade local é quase sempre desconhecida e enigmática, seja pela falta de visão/compreensão por parte dos gestores públicos ou pela sobreposição dos interesses políticos em detrimento de uma sociedade sadia e próspera. Além disso, no mundo contemporâneo onde o desenvolvimento humano está atrelado ao crescimento econômico e este ligado aos capitais produtivos e de

investimento, tornou o homem e suas necessidades, elemento de conflitos entre governos e os diferentes grupos de uma população (SOUZA, 1999).

População e gestores públicos do poder executivo parece serem dois entes complementares vivendo uma relação desconhecida por um período normalmente mínimo de quatro anos onde os lamentos da primeira tendem a não serem compreendidos ou ignorados pelos segundos.

É notório aos olhos da população das cidades, sobretudo daquelas pequenas, onde a política parece carecer do conhecimento da *Res publica* com a falta de um planejamento executivo por parte do vencedor ao cargo de prefeito municipal. Por outro lado, em municípios de pequena população, esta se mostra quase sempre ávida, pelo fato da maior proximidade física com seus representantes, em cobrar seus interesses podendo gerar um clima de animosidades entre representantes e representados.

No município de Paraisópolis, a verificação dos principais indicadores econômicos com dados oficiais disponibilizados por órgãos federais como os do IBGE (IDH, PIB anual) ou educacionais (Ministério da Educação), Secretaria Estadual da Fazenda de Minas Gerais (arrecadação de ICMS) e entidades setoriais como o Índice FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) entre outros, mostram números de um paradoxo desenvolvimentista que não são conhecidos ou vislumbrados pela população local regida por um sentimento de insatisfação permanente independente de quem momentaneamente ocupa o cargo de prefeito.

O atendimento às necessidades básicas humanas pode ser aquele voltado para as seguintes seis áreas e que estão de certa forma entrelaçadas e se complementando: emprego, habitação, educação, saúde, alimentação e lazer. Encontrar o nível de qualidade para cada uma delas nem sempre é de exclusiva responsabilidade do gestor público mas, cabe a ele, fazendo uso de suas funções, tentar disponibilizar as ferramentas e meios que atendam ao coletivo da cidade inspirando também o caminho da satisfação pessoal de cada um. Assim, fazer do surgimento de oportunidades de desenvolvimento econômico constante, é promover também o desenvolvimento social em suas esferas pública e individual.

A última estimativa populacional do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) datada de julho de 2017 revelou que 79% dos 5.570 municípios brasileiros tinham uma população inferior a 30.000 habitantes e neste grupo de municípios de população pequena está o município de Paraisópolis localizado na região Sul do Estado de Minas Gerais, objeto de estudo deste trabalho.

1.1 Justificativa

Esta pesquisa está centrada numa análise embasada, principalmente, na história do município de Paraisópolis, onde se pode verificar as muitas transformações ocorridas durante as décadas desde a sua fundação, para se chegar ao reconhecimento do que é o atual município e o que ele tem a oferecer para seus residentes, visitantes e investidores.

O estudo almeja mostrar se houve desenvolvimento econômico recente considerando o período desde o ano 1991 até 2017, intervalo de tempo onde a ocorrência de três censos populacionais do governo alternado com índices de pesquisas de diferentes origens, permitem enriquecer o debate social e acadêmico sobre o referido município.

A importância do estudo reside na compreensão do município de Paraisópolis, economicamente e socialmente em face à conjuntura de oportunidades emergentes de desenvolvimento na região Sul de Minas Gerais e às possibilidades latentes ainda não exploradas que podem ocasionar novos caminhos de crescimento local e com efeito contínuo.

1.2 Problema de pesquisa

Observando as informações econômicas e sociais do município de Paraisópolis disponíveis em portais governamentais na internet de acesso à informações que apontam para uma razoável qualidade de vida já existente, quais os desafios e potenciais fatores de desenvolvimento para este município em meio às limitações micro e macroeconômicas e as expectativas da população com a administração pública municipal?

1.3 Hipóteses

- . Parte da população está excluída do desenvolvimento econômico existente atualmente e demonstrada em números por órgãos governamentais e institutos de pesquisas
- . No município de Paraisópolis há um bom crescimento econômico, mas não há um desenvolvimento econômico suficiente para a satisfação das necessidades de seus habitantes.

1.4 Objetivos

Este trabalho tem como objetivos identificar os fatores principais que tendem a limitar ou influenciar o desenvolvimento econômico e social do município de Paraisópolis dentro da conjuntura nacional e regional que afetam substancialmente as expectativas da população local.

1.4.1 *Objetivo Geral*

Analisar os principais desafios da administração pública do município de Paraisópolis e os potenciais fatores de desenvolvimento socioeconômico municipal.

1.4.2 *Objetivos Específicos*

- a) Identificar as limitações micro e macroeconômicas do município de Paraisópolis.
- b) Examinar as origens e o processo de crescimento do município de Paraisópolis e suas características.
- c) Identificar a forma de organização da sociedade civil em Paraisópolis, a estrutura geográfica e os potenciais fatores de desenvolvimento socioeconômico do município.
- d) Verificar os resultados econômicos e sociais no período de 1991 a 2017 e apontar os principais desafios do município para o seu desenvolvimento socioeconômico.

1.5 Referencial teórico

Desenvolvimento econômico é um processo que acontece quando uma quantidade de fatores econômicos positivos (no mercado, estudado numa sociedade capitalista como neste caso) vem acompanhado de variações de qualidade (na saúde, na educação, na infraestrutura, etc.) que são observados e sentidos pela população de um determinado lugar.

Vale observar que o crescimento econômico não é o mesmo que desenvolvimento econômico e que apenas o primeiro pode acontecer com ou sem uma associação com o segundo, mas dificilmente o segundo acontecerá sem a participação do primeiro, exceto numa

economia socialista e planificada (VELOSO, 2012). O crescimento econômico é um acontecimento natural quando recursos aplicados visando ao lucro numa economia de mercado dão retorno para seus investidores e para a autoridade fiscal do estado onde estão agindo ao passo que para a realização do desenvolvimento econômico, um leque mais amplo com políticas públicas voltadas para isso, se faz necessário.

O desenvolvimento econômico está intimamente ligado a um aumento da renda local e por um extenso período de tempo onde fatores institucionais, empreendedores, jurídicos e fiscais têm seu grau de importância em sua concretização. Para o desenvolvimento econômico, estão intrinsecamente ligados para sua realização o aumento sustentado da produtividade, a renda por habitante e a incorporação do progresso técnico à população por ele atendida.

O desenvolvimento econômico em sociedades capitalistas tem como principal fator para sua realização, uma estratégia de desenvolvimento assegurado pelo entendimento entre as forças políticas e os donos do capital (PEREIRA, 2003). Quando essa associação ocorre sem o fim como melhorias aplicadas ao povo, ou ocorre de maneira insuficiente, tem-se o quadro de uma sociedade subdesenvolvida (FURTADO, 1961). Cabe ao Estado fazer uso de sua legitimidade e capacidade de formulação de políticas, buscar a harmonia entre o social e o mercado dentro de seus limites institucionais de apoio.

Para Pereira (2003), o desenvolvimento econômico é um processo de transformação que implica numa sociedade mudanças em suas instâncias institucionais, estruturais e principalmente, culturais.

O desenvolvimento econômico só faz sentido como fenômeno histórico a partir do advento do capitalismo no século XVIII por em seus conceitos estarem envolvidos variáveis como lucro, trabalho assalariado, inovação, consumo popular e produtividade. Cabe ao Estado, capitando este *boom* quando favorecidos os agentes de mercado, aplicar ao máximo e com inteligência os recursos advindos para o uso de sua população.

Solow (2004) associa a evolução da tecnologia com o aumento da produtividade na expansão da atividade industrial como um fator de evolução das economias capitalistas onde além do crescimento econômico, cabe às autoridades governamentais adotarem as políticas que julgar necessárias para convertê-lo também num modal de desenvolvimento que alcance toda sua sociedade.

Independente do tamanho da territorialidade cujo governo busca conhecer as potencialidades do espaço sob sua jurisdição, o crescimento e desenvolvimento econômico dele é muito difícil de ocorrer sem disputas com outros territórios onde suas autoridades

almejam o mesmo para suas populações, saindo vencedor nessa batalha aquele que dispuser de todo conhecimento e mesmo ousadia sobre seus concorrentes para a sua vitória (CHANG, 2004).

O desenvolvimento econômico do Sul de Minas contemporâneo é o reflexo direto do pioneirismo e expansão da economia regional de São Paulo que soube aproveitar sua oportunidade histórica do capitalismo do final do século XIX com suas relações sustentáveis café-indústria, o desdobramento do capital agrário e mercantil para capital industrial com o desenvolvimento urbano da capital paulista que irradiou sua influência para áreas dos estados vizinhos, tornando-se também sua capital econômica (CANO, 1998).

1.5.1 Origens do Crescimento e Desenvolvimento Econômico

O estudo da história das civilizações pré-capitalistas modernas nos legou a verificação da existência do crescimento econômico como elemento de domínio de uma sociedade organizada sob uma força administrativa central cujo poder de persuasão interna e dissuasão externa, auferiram cada uma a seu modo e a seu tempo, o processo da acumulação de riquezas sem a necessária idealização da igualdade econômica e social das populações. Pode-se dizer sumariamente que o crescimento econômico sempre existiu nas sociedades humanas desde as primitivas formas de escambo entre aldeias, passando pelo comércio entre os antigos impérios do oriente e ocidente até ao advento do capitalismo moderno com a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra no século XVIII.

A acumulação de riquezas constantes permitidas com o surgimento das máquinas, a princípio nas nações europeias, por parte dos donos do capital associados aos seus governantes, fez surgir também a contestação das classes menos favorecidas contra esse sistema por considerá-lo exploratório de mão-de-obra, exigindo uma compensação justa através do desenvolvimento sustentado e não uma simples acumulação contínua de capital por parte de quem o detinha.

O mercantilismo europeu pós era feudal foi o berço do capitalismo moderno que teve com a revolução das máquinas e burguesa o lançamento das bases das sociedades e estados-nação contemporâneos onde o desenvolvimento econômico é verificado naqueles de economias mais dinâmicas e, sobretudo, democráticas, principalmente em países da Europa e América do Norte com instituições legalmente desenvolvidas. Com o surgimento das nações e

a formação de estados nacionais aliados à acumulação de capital e incorporação do progresso técnico acontecendo sob a coordenação de instituições legais e mercados competitivos, o crescimento do poderio econômico foi inevitável e cobiçado. O desenvolvimento está relacionado diretamente com duas instituições fundamentais no sistema capitalista moderno que são o mercado e o estado tendo este último simultaneamente a natureza de uma instituição organizacional com a capacidade de legislar e tributar uma sociedade e normativa com sua própria ordem jurídica e constitucional.

O mercado é uma instituição onde, com a competição, organiza a divisão do trabalho e a alocação dos recursos de produção. Mercados já existiam antes dos estados nacionais, porém os mercados modernos são organizados e regulados pelos estados nacionais a nível nacional e internacional. O dinheiro é a instituição usada como forma de troca e reserva de valor para que possam funcionar os mercados. Assim, o estado é a matriz de todas as demais instituições formais com os mercados e o dinheiro, as instituições econômicas que tornam possíveis o objetivo econômico das nações que é o seu desenvolvimento econômico. É essencial que as instituições garantam a ordem pública, a estabilidade política, o bom funcionamento do mercado com boas oportunidades de lucros que estimulem a classe empresarial a investir e inovar. O estado precisa portanto, ter legitimidade e capacidade para formular políticas, cobrar impostos e impor a lei. O êxito ou fracasso adotado pelos governantes de um estado-nação é o da sua capacidade de promover o desenvolvimento econômico com ou sem a melhoria dos padrões de vida de sua população. Cabe ao estado e a seu governo, estabelecer o delicado equilíbrio entre o desenvolvimento e a distribuição entre os lucros e os salários, entre os investimentos e as despesas sociais. Essas são alternativas não excludentes que muitas vezes se somam, mas também se opõem. Capitalistas, classe média, trabalhadores, ricos e pobres, direita e esquerda, conservadores e progressistas estão sempre em conflito. Uma colaboração entre eles é também essencial para o desenvolvimento do país, porque, para que possa haver uma estratégia nacional de desenvolvimento, é preciso que haja um grande acordo entre as classes em sua competição internacional (PEREIRA, 2003).

1.5.2 Diferenças Entre Crescimento e Desenvolvimento Econômico

É possível uma cidade, região ou país crescer sem alcançar uma etapa de desenvolvimento econômico. Crescimento e desenvolvimento econômico são duas situações distintas.

O crescimento econômico é o aumento da capacidade produtiva da economia (produção de bens e serviços). É definido basicamente pelo índice do crescimento anual do Produto Nacional Bruto per capita. O crescimento de uma economia é indicado também pelo crescimento da força de trabalho, pela receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico. O desenvolvimento econômico é o crescimento econômico (aumento do PNB per capita) acompanhado pela melhoria da qualidade de vida da população e por alterações profundas na estrutura econômica. Ao incluir as alterações da composição do produto e o uso dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, violência, condições de saúde, alimentação, transporte, educação, moradia), isso torna o conceito de desenvolvimento mais qualitativo.

O desenvolvimento de um país depende ainda de suas características próprias como a situação geográfica, tamanho de seu território, cultura e passado histórico, população e recursos naturais. Como grau de desenvolvimento a Organização das Nações Unidas (ONU) usa como indicadores de desenvolvimento para classificar os países a expectativa média de vida, o índice de mortalidade infantil, nível de industrialização, potencial científico e tecnológico, o grau de alfabetização, escolaridade e situação sanitária. Para caracterizar o processo de desenvolvimento é importante observar ao longo do tempo a ocorrência de algumas situações como o crescimento do PNB e da renda per capita, diminuição da pobreza e do desemprego e elevação dos níveis de saúde, moradia, educação. O desenvolvimento econômico ocorre quando a elevação do nível de vida chega aos cidadãos comuns o que para isso, se pressupõe que o estado tenha realizado seus ajustes institucionais, jurídicos e fiscais, incentivando a inovação e o empreendedorismo com a atração de investimentos em condições saudáveis de produção, circulação e distribuição de bens e serviços para sua população. Para PEREIRA (2003) crescimento é um simples aumento da renda per capita enquanto o desenvolvimento envolve as transformações políticas e sociais que transformam para melhor o dia a dia de uma população.

1.5.3 Sociedade Civil e Desenvolvimento

Os estados nacionais, sobretudo aqueles com a alcunha de “em desenvolvimento”, como é o caso do Brasil, muitas vezes apresentam um enorme déficit para com a sociedade

onde há o surgimento do debate de até onde esse estado deve ocupar um papel de relevância na vida contemporânea e no grau de intervenção que deve exercer sobre a economia.

Na década de 1990, a sociedade brasileira passou a se sensibilizar com o peso da presença do estado nos rumos da economia nacional e as dificuldades que os governantes tinham em atender demandas e anseios da população ocasionando a necessidade de implantação de mecanismos onde o estado não conseguia estar suficientemente presente. Com as demandas sociais carentes de atendimento direto por parte do estado, o terceiro setor cresceu ao se fortalecer e se tornando mais ativo na produção de bens públicos. Assim, foram criadas as Organizações Sociais (OS) com o propósito de permitir e incentivar a produção não lucrativa pela sociedade dos bens ou serviços públicos de não exclusividade do estado. O terceiro setor representado pelas Organizações Sociais atua como agente de união entre o estado e a sociedade auxiliando a administração pública a diminuir sua disfunção operacional e aumentando os resultados da ação social.

Para CASTELLS (2003), na economia o estado aparece como um instrumento de transferências de renda o que foi necessário devido à existência de bens públicos e de ações externas. O estado arrecada seus impostos destinando-os para seus determinados fins, aos objetos sociais de maior igualdade e aos objetivos econômicos de estabilização e desenvolvimento. Um setor público não estatal também surge com serviços em educação, saúde, cultura, pesquisa científica, subsidiado pelo estado, formando a parceria entre este e a sociedade.

Como modelo de organização pública não estatal, as Organizações Sociais são destinadas a absorver atividades de interesse social e sem fins lucrativos prestando serviço junto ao público numa parceria entre estado e sociedade a um custo menos elevado. Uma Organização Social é uma entidade privada, sem fins lucrativos para que possa receber benefícios do poder público como dotação orçamentária, isenção fiscal, etc. Seus fins devem sempre estar destinados ao interesse da comunidade.

A Lei Federal No. 13.204 de 14 de dezembro de 2015 assim define as Organizações da Sociedade Civil:

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei no 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social.

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;

Não obstante, anterior à lei que definiu as Organizações da Sociedade Civil (OSC), a Lei No. 9.790 de 23 de março de 1999 regulou as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que são Organizações Não Governamentais (ONGs) criadas pela iniciativa privada que obtêm do poder público um certificado ao comprovar o cumprimento de requisitos para atuar mediante parcerias e convênios com órgãos públicos de governo (federal, estadual ou municipal) em trabalhos de interesse da sociedade. Sendo uma organização da sociedade civil, a OSCIP em parceria com o poder público, terá também recursos dele para realizar suas finalidades dividindo os encargos de sua administração e prestando contas.

Uma vez elaborado o estatuto da instituição, a OSCIP somente receberá a qualificação quando tiver sido ele analisado e aprovado pelo Ministério da Justiça. O objeto da OSCIP precisa estar enquadrado em alguma dessas categorias:

- . promoção da assistência social;
- . promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- . promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- . promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- . promoção da segurança alimentar e nutricional;
- . defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- . promoção do voluntariado;
- . promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- . experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- . promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica;

- . promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- . estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas acima;

As mudanças trazidas com a constituição de 1988 tem possibilitado que municípios avancem no desenvolvimento econômico local e na implementação de políticas sociais. São possíveis a construção de iniciativas que resultem na melhoria dos serviços públicos com o maior acesso a recursos tributários. As prefeituras municipais são muito solicitadas a encontrar respostas para os problemas locais e isso também possibilita que elas possam atuar no campo do desenvolvimento local. Por outro lado, União e Estados têm também sua escassez de recursos precisando estar constantemente ajustando o financiamento dos recursos destinados ao urbano local. Esse retraimento das instâncias superiores é prejudicial às populações locais o que torna necessária a cooperação intergovernamental para enfrentar os problemas que apresentam as municipalidades.

A discussão da atuação dos municípios para a promoção do desenvolvimento indica o crescimento de suas responsabilidades em relação às iniciativas voltadas para a melhoria das condições de vida e à busca de soluções dos problemas urbanos e da gestão local. Considerando quem são os agentes das ações do desenvolvimento local, podem estar envolvidos as cooperativas, as agências de desenvolvimento, associações comerciais e industriais, entidades empresariais, sindicatos e outros ramos da sociedade civil na busca pela melhoria da qualidade de vida com desenvolvimento do local onde estão estabelecidos.

1.5.4 Relação Entre Desenvolvimento Econômico e Social

O estado é responsável por promover e estimular o desenvolvimento social e uma de suas atribuições é criar boas condições de vida à população utilizando o dinheiro arrecadado com impostos das transações financeiras e comerciais que faz para oferecer condições razoáveis de cultura, liberdade, qualidade alimentar, segurança, acesso à educação, acesso à saúde, emprego, vestuário, habitação, alimentação, acesso a boas vias de comunicação e infraestruturas básicas de abastecimento como água, esgoto e eletricidade, os cuidados de saúde, educação e meio ambiente.

Desenvolvimento social está relacionado ao capital humano de uma sociedade. Ele é a evolução positiva nas relações entre indivíduos, grupos e as instituições que tem como fim o bem-estar social. A melhora da qualidade de vida da sociedade depende de seus entes constitutivos e encontra nas democracias o dever do Estado procurar alcançá-la e das pessoas que compõem a obrigação de exigí-las. Numa sociedade com satisfatória qualidade de vida, seus habitantes desfrutam de uma vida de paz, justiça, liberdade, democracia, equidade, tolerância com possibilidades de satisfazer suas necessidades e poder empregar as possibilidades que têm para conseguir melhorias futuras em nível pessoal e do conjunto da sociedade. Muitas teorias tentaram explicar o subdesenvolvimento dos países e acabaram trazendo novas considerações para as análises econômicas no referente à inclusão de abordagens mais históricas e sociais (RODRÍGUEZ, 2009).

Quando os cidadãos são incluídos no desenvolvimento econômico do país, geralmente com políticas públicas almejando este fim, a tendência natural é que cada vez mais pessoas encontrem suas motivações para a busca do projeto pessoal tornando possível a expansão de atividades que acabam tendo um retorno benéfico para o próprio Estado. Os investimentos sociais promovidos pelo Estado quando alargam o desenvolvimento do país promovem a prosperidade da população que uma vez tendo a possibilidade de auto-suficiência em resolver seus problemas torna-se também menos oneroso para ele.

O desenvolvimento social é resultado do esforço coletivo empreendido entre indivíduos, grupos e o Estado. Porém, as possibilidades, o estímulo, a intensidade e eficiência de um esforço assim, dependem também da composição e situação dos grupos na sociedade, da repartição por esses grupos do domínio sobre que a sociedade dispõe, suas capacidades e projetos, da natureza da organização social que os enquadra, dos padrões culturais que modelam o seu comportamento.

O impulso de um processo de desenvolvimento depende de todo um contexto de condições de cultura, estrutura e organização social e de sua continuidade. O desenvolvimento é para a sociedade como um projeto de vida coletivo que precisa ser consciente e racionalmente escolhido. O crescimento econômico seguido do desenvolvimento econômico é a força que pode impulsionar as transformações sociais necessárias para a efetivação da qualidade de vida de uma população podendo alcançar a sua satisfação e tornando o Estado forte, justo e digno de representá-la.

Desenvolvimento econômico e política social são acepções diferentes, mas convergentes. Em sua relação com o desenvolvimento, a política social deve preencher a objetivos elementares:

- . A conquista do mais alto nível possível de bem-estar para todos os cidadãos satisfazendo-lhes as necessidades básicas da pessoa humana que são saúde, educação, habitação.
- . A transformação de estruturas e organização social que facilitem o início e prosseguimento de um processo de desenvolvimento acelerado, orgânico, coerente e auto-sustentado.
- . A participação efetiva e responsável do maior número de pessoas de maneira que o desenvolvimento social e econômico seja conscientemente assumido como um projeto de vida coletivo racionalmente escolhido e livremente assumido.

1.6 Metodologia

A presente pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa de investigação. Para Richardson (2007), a abordagem qualitativa de um problema justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Esse tipo de pesquisa pode ainda também ser exploratória por buscar através de seus métodos e critérios, uma proximidade da realidade do tema estudado por valer-se de levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado (GIL 2007).

O método adotado foi o estudo de caso. Conforme Yin (2010), o estudo de caso é uma investigação empírica em profundidade e aparece no contexto da vida real de fenômenos contemporâneos. Para o desenvolvimento deste trabalho serão utilizadas fontes secundárias, a pesquisa de dados e coleta de informações com pessoas relacionadas às áreas aqui estudadas através de pesquisa bibliográfica sobre o tema escolhido junto à literatura existente, tanto impressa, como virtual e pesquisa documental no acervo da biblioteca pública de Paraisópolis. Fatos do passado e documentados podem fornecer detalhes que conduzem a importantes levantamentos numa pesquisa atual, além de conclusões de como algo anteriormente ocorrido possa ter influenciado a atualidade.

É na pesquisa bibliográfica onde se busca embasar teoricamente o referido trabalho fornecendo um plano geral (as nações, o país, a região) até se chegar ao local de estudo específico (o município). A pesquisa bibliográfica proporciona um aprendizado sobre uma área do conhecimento oferecendo subsídios para redação e discussão de um novo trabalho científico. A pesquisa documental em relatórios governamentais sobre os índices de qualidade de vida buscará representar dados relevantes ao enriquecimento da pesquisa sendo que esta é,

por fim, e com sua análise, a complementação desta proposta. Este tipo de pesquisa dispõe de material de base para uma investigação com suporte complementar à pesquisa bibliográfica. Com relação à organização do trabalho, ele será estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo é o que compreende a introdução, apresentação do tema, do problema de pesquisa, das hipóteses e dos objetivos, da justificativa, do referencial teórico e da metodologia. O segundo capítulo, é o referencial teórico, chamado de "A regionalização do desenvolvimento", mostrando um resumo sobre os principais dados econômicos dos municípios do Sul de Minas e apresentando os principais métodos de mensuração do desenvolvimento. O terceiro capítulo será uma pesquisa histórica sobre o município de Paraisópolis, desde sua criação com seus ciclos econômicos até a virada do milênio onde a maior disponibilidade de informações oficiais, sobretudo de dados estatísticos disponíveis em meios eletrônicos, constitui o corpo principal deste estudo. O quarto capítulo é a análise dos resultados comparando as informações de diferentes institutos de pesquisas, discutindo os resultados verificados até se chegar a uma conclusão no quinto capítulo.

2 A REGIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Uma região corresponde a uma área geográfica que constitui uma entidade que permite simultaneamente a descrição de fenômenos naturais e humanos, a análise de dados socioeconômicos e a aplicação de uma política. Ela está fundada em duas características principais que são a homogeneidade e a integração funcional e, resulta ao mesmo tempo, num sentimento de solidariedade vivida e relações de interdependência com os restantes conjuntos regionais e com o espaço nacional e internacional.

Para Benko (1999), o estudo de uma região envolve o estudo da intervenção humana no território e pressupõe que a partir de dados das análises fornecidas por diferentes especialistas, é que é possível discernir atrações particulares de investimentos para uma determinada região aproveitando suas características ou criando novas que ali possam lograr êxito.

A região é um produto social, é fruto das ações humanas e espelha uma identidade resultante de características econômicas, culturais e políticas. O que faz uma região é sua coerência funcional que a torna diferente de outras regiões vizinhas ou não. A construção de uma região envolve a sua trajetória histórica, as peculiaridades culturais, a identificação e o sentimento de pertencimento dos atores cotidianamente envolvidos nessa construção. Para Santos (1996), na busca pelo desenvolvimento, reforçar a organização do espaço regional, com sua identidade de cultura, é o caminho para a sustentabilidade desses territórios.

Para o cidadão comum, o desenvolvimento mais próximo é aquele que ocorre em sua região ou no seu ambiente local. O desenvolvimento regional é uma especificação do conceito de desenvolvimento onde se aplica de forma mais adequada e racional os recursos disponibilizados pelo Estado para a dinamização de um território. O desenvolvimento regional tem como objetivos fundamentais o aproveitamento dos recursos existentes e potencialidades endógenas das regiões, a promoção do ordenamento do território e a garantia de participação dos cidadãos na resolução dos problemas regionais. O que diferencia o processo de desenvolvimento local é a ação dos atores locais protagonizando a formulação de estratégias para a implementação de decisões econômicas que visem a melhoria das condições sociais do território em que atuam.

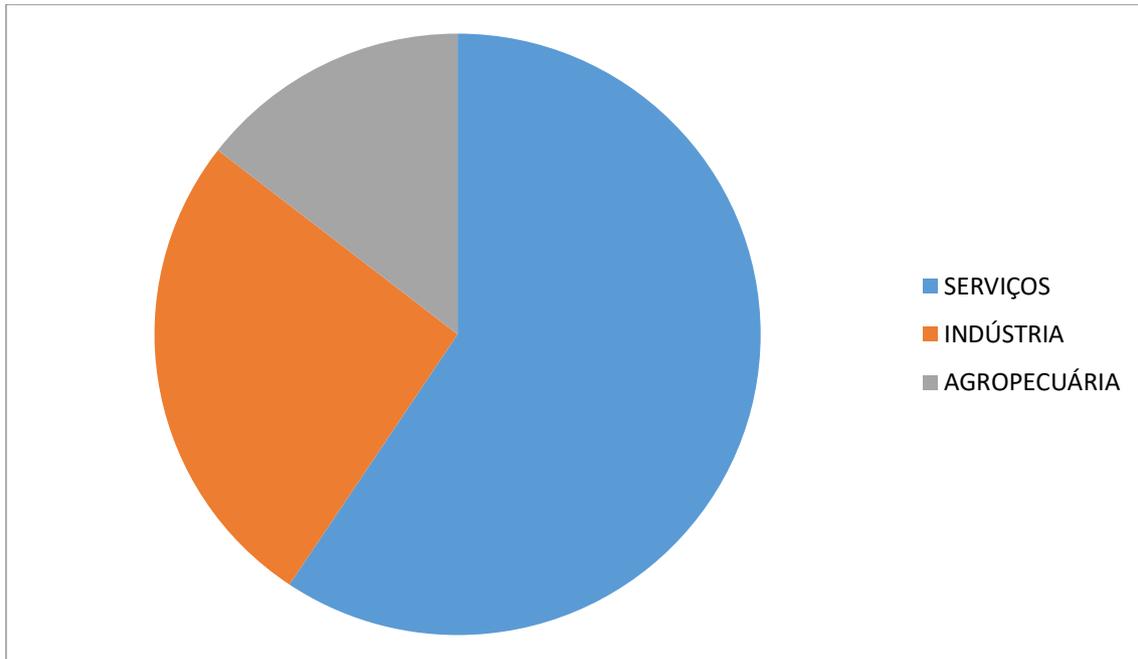
2.1 A Região Sul de Minas

A Região Sul de Minas é uma das dez Regiões de Planejamento adotada oficialmente pelo governo estadual e está subdividida em onze microrregiões com um total de 155 municípios localizados entre as encostas da Serra da Mantiqueira a leste, sul e oeste, separando-a dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e delimitada em sua fronteira ao norte pelo Rio Grande do restante de Minas Gerais.

Com população próxima de 2,8 milhões de habitantes, segundo estimativa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, a Região Sul de Minas tem na história de seu povoamento a procura pelo ouro à época do Brasil colonial, atividade que serviu de base para o surgimento de vilas e posteriormente cidades que nas décadas seguintes descobriram na pecuária e agricultura, sobretudo a de plantações de café, o impulso para seu crescimento econômico. Ao longo dos séculos XIX e XX, a agropecuária regional de abastecimento, principalmente para as capitais paulista e fluminense, além da cafeicultura de exportação, levaram à evolução do comércio e a uma posterior industrialização baseada na expansão de investimentos de capitalistas de São Paulo e seu parque industrial, se mantendo no começo do século XXI estes como principal origem do crescimento industrial no Sul de Minas.

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) no total de R\$ 65.391.713.018,00 da Região Sul de Minas, ele estava assim distribuído ao final do ano de 2015, último ano disponibilizado pelo IBGE:

GRÁFICO 1 - PIB SUL MINEIRO POR SETOR:



Fonte: Elaboração do autor.

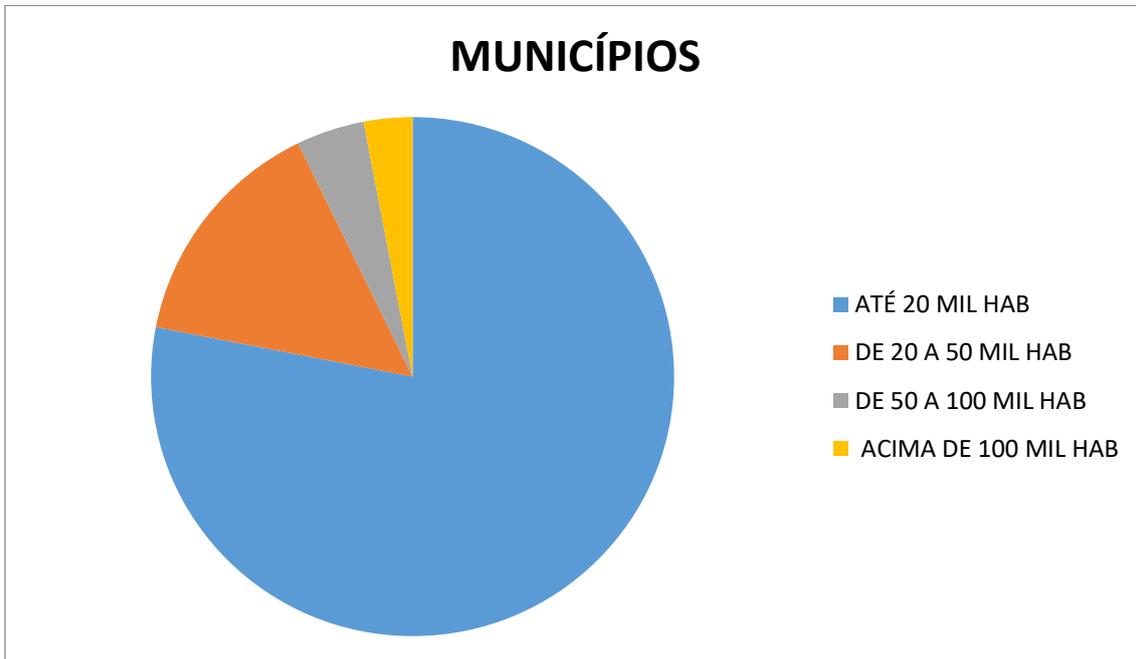
Essa distribuição por setores do PIB da Região Sul de Minas Gerais em 2015 era de R\$ 9.677.973.542,00 referentes à produção agropecuária (14,8%), R\$ 17.067.237.093,00 referentes à indústria (26,1%) e R\$ 38.646.502.383,00 referente ao setor de serviços (59,1%). Se comparada às demais regiões de planejamento de Minas Gerais, o Sul de Minas tem o segundo maior PIB do estado.

A produção total da região Sul de Minas representa 12,7% da produção total de Minas Gerais, sendo 21,7% da produção agropecuária, 10% da produção industrial e 13% da produção de serviços.

2.1.1 População do Sul de Minas, PIB e arrecadação de impostos

Segundo o IBGE, a estimativa da população para o Sul de Minas em 2017 era de aproximadamente 2,8 milhões de habitantes morando em 155 municípios homogêneos em suas paisagens e história comum, mas muitos diferentes em número de habitantes, área e principalmente, no total de riquezas geradas através de impostos.

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR NÚMERO DE HABITANTES NOS MUNICÍPIOS DO SUL DE MINAS:



FONTE: Elaboração do autor a partir da estimativa populacional do IBGE em 2017.

Os municípios com até 20 mil habitantes são a maioria na região Sul de Minas (77,9%) e somam 127 municípios. 24 municípios têm população entre 20 mil e 50 mil habitantes (14,7%) e 7 municípios têm população entre 50 mil e 100 mil habitantes (4,2%). Finalmente, 5 municípios (3%) têm mais de 100 mil habitantes.

TABELA 1 – MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DO SUL DE MINAS:

MUNICÍPIO	POP (2017)	PIB (2015)	ARRECADAÇÃO IMPOSTOS (2017)
Poços de Caldas	166.085	6.503.682.000	485.873.145,44
Pouso Alegre	147.037	6.554.233.000	786.793.689,49
Varginha	134.364	4.609.515.000	314.452.355,07
Passos	104.458	2.153.033.000	130.156.781,76
Lavras	102.124	2.102.464.000	115.796.492,98

A Região de Planejamento do Sul de Minas está subdividida em onze microrregiões apresentadas na tabela a seguir onde se observa o total de impostos arrecadados no ano de 2017 e o PIB total da microrregião referente ao ano de 2015.

TABELA 2 – MICRORREGIÕES DO SUL DE MINAS COM PIB E ARRECADAÇÃO:

MICRORREGIÃO	PIB EM 2015	ARRECADAÇÃO IMPOSTOS EM 2017
Alfenas	4.778.849.000,00	243.335.280,72
Andrelândia	1.079.119.000,00	40.075.323,37
Itajubá	4.043.296.000,00	213.882.885,31
Lavras	3.134.677.000,00	178.040.287,24
Passos	4.988.825.000,00	262.437.317,19
Poços de Caldas	9.515.759.000,00	708.431.690,82
Pouso Alegre	13.785.108.000,00	1.674.657.895,90
Santa Rita do Sapucaí	3.244.956.000,00	171.451.579,33
São Lourenço	3.870.590.000,00	198.430.242,05
São Sebastião do Paraíso	6.235.942.000,00	300.641.121,79
Varginha	10.714.592.000,00	603.632.082,16
TOTAL	65.391.713.000,00	4.595.015.705,88

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados disponíveis no site da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais.

Uma rápida análise da tabela 02 mostra que a disparidade tanto do PIB quanto da arrecadação de imposto entre as microrregiões do Sul de Minas é grande, sendo que duas dessas microrregiões (Pouso Alegre e Poços de Caldas) quando somados seus valores chegam a representar 64,05% do PIB e 51,86% da arrecadação de impostos. Quando consideradas as microrregiões limítrofes ao estado de São Paulo, que são seis (Itajubá, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, São Lourenço e São Sebastião do Paraíso), as somas dos PIBs e arrecadação de impostos são de 65% e de 73% respectivamente.

Em 2015, 12 dos 155 municípios do Sul de Minas tinham um Produto Interno Bruto superior a 1 bilhão de reais como mostra a tabela abaixo:

TABELA 3 – MUNICÍPIOS DO SUL DE MINAS COM PIB SUPERIOR A 1 BILHÃO DE REAIS:

MUNICÍPIO	PIB EM 2015
POUSO ALEGRE	6.554.233.000,00
POÇOS DE CALDAS	6.503.682.000,00
EXTREMA	5.086.138.000,00

VARGINHA	4.609.515.000,00
ITAJUBÁ	2.774.508.000,00
PASSOS	2.153.033.000,00
ALFENAS	2.126.719.000,00
LAVRAS	2.102.464.000,00
TRÊS CORAÇÕES	2.010.570.000,00
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	1.650.997.000,00
SANTA RITA DO SAPUCAI	1.427.485.000,00
TRÊS PONTAS	1.042.056.000,00

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados disponíveis no site da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais.

Estes doze municípios tiveram em 2015 juntos um PIB de R\$ 38.041.390.000,00 o que correspondia a 58,17% do total do Sul de Minas e uma população de 1.114.072 habitantes ou 40,1% do total da região.

TABELA 4 - A REGIÃO SUL DE MINAS GERAIS EM NÚMEROS:

ÁREA: 52.984 KM²

NÚMERO DE MUNICÍPIOS: 155

POPULAÇÃO ESTIMADA PELO IBGE EM 2017: 2.778.138

PRODUTO INTERNO BRUTO EM 2015: R\$ 65.391.713.000,00

RENDA PER CAPITA: R\$ 23.537,00

ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS EM 2017: R\$ 4.595.015.705,88

Fonte: Elaboração do autor.

2.2 Mensurando o desenvolvimento

A época contemporânea vive o almejar do desenvolvimento econômico por parte dos Estados e seu poder público. O simples crescimento econômico era até algumas décadas atrás, considerado suficiente para a elevação do padrão de vida das populações de um determinado lugar. A perspectiva do crescimento econômico que vê o bem-estar de uma sociedade

somente pelos recursos ou pela renda que ela consegue gerar, é diferente da abordagem do desenvolvimento humano que procura olhar diretamente para as pessoas, suas capacidades e oportunidades. A renda é importante quando considerada como um dos meios para o desenvolvimento e não como o seu fim. Com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do simples indicador de crescimento econômico para o ser humano. O crescimento econômico é bastante superficial. Faz-se necessário avaliar as variáveis que estão ligadas ao bem-estar social.

O economista indiano Amartya Sen é defensor da ideia de liberdade para o desenvolvimento onde este ocorre quando são suprimidas as privações à sua realização, libertando o agente para sofrer as consequências de sua própria decisão e oportunidade (SEN,1999). Para Sen, a liberdade é central para o processo do desenvolvimento por duas razões:

- a. A razão avaliatória: a avaliação do processo precisa ser feita verificando-se prioritariamente se as pessoas tiveram aumento em suas liberdades;
- b. A razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende totalmente da livre condição de agente das pessoas;

Sen (1999), baseia o desenvolvimento em cinco pontos distintos de liberdades: liberdades políticas, oportunidades sociais, facilidades econômicas, as garantias de transparência e a segurança protetora. Liberdade política é o direito cívico onde a pessoa tem o poder de exercer quem escolhe para ser seus governantes votando livremente em eleições diretas. As oportunidades sociais referem-se ao direito à qualidade de vida, com serviços de educação e saúde pública bem realizados, sendo estas à base para lograr o desenvolvimento econômico. As facilidades econômicas consistem na forma em que todos podem manusear seus recursos no funcionamento do comércio e forma de produção dos bens e de suas trocas. Garantias de transparência têm importância ao darem credibilidade às instituições públicas para que elas funcionem com governos responsáveis e sem corrupção. A segurança protetora constitui a segurança social, como por exemplo, resguarda a remuneração ao aposentado ou o seguro desemprego, garantindo a todos o mínimo de dignidade.

O crescimento econômico leva ao desenvolvimento econômico quando a participação do mercado nesse desenvolvimento constitui um mecanismo que permite às pessoas alcançarem bem-estar social digno. O contrário disso ocorre quando um indivíduo não consegue estar empregado para participar do sistema de trocas. O estrago disso não é unicamente a ausência de renda, mas uma privação no sentido psicológico dos indivíduos. Investir no bem-estar é alcançar desenvolvimento econômico, garantindo a expansão de

liberdades. O Estado quando promove políticas de saúde e de educação e quando gera emprego, promove uma revolução, já que a população adquire o poder da escolha ao definir o que é melhor para ela. A democracia permite à população escolher em qual tipo de sociedade ela quer viver. O resumo das ideias de Amartya Sen, é a interpretação da liberdade como sendo o meio e o fim do desenvolvimento. Este amplia as capacidades onde, governos democráticos garantem liberdades para a população dando a esta o poder de escolhas e oportunidades.

2.2.1 Ferramentas para mensurar o desenvolvimento

Mensurar o desenvolvimento tem uma elevada complexidade à medida que para se fazer isso, são tratadas diversas variáveis além da simples conferência do PIB de um determinado lugar. A nível internacional, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é amplamente utilizado por organismos de estudos públicos por conferir uma verificação mais realista do grau de desenvolvimento desde nações até uma cidade, por exemplo.

O Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), elabora sazonalmente o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), utilizando os critérios de saúde, educação e renda para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população. Estes três critérios, são assim avaliados:

- 1) Saúde: vida longa e saudável, com a expectativa de anos a serem vividos desde o nascimento.
- 2) Educação: o acesso ao conhecimento com a média de anos de estudo da população adulta e os anos esperados de escolaridade para as crianças.
- 3) Renda: é medida a Renda Nacional Bruta (RNB) com base na Paridade de Poder de Compra (PPC) por habitante para verificar se há um padrão decente de vida.

O IDH varia de 0 (nenhum desenvolvimento) a 1 (total desenvolvimento humano). Quanto mais perto de 1 estiver o país ou a localidade em estudo, mais desenvolvido ele será. O IDH global de 2014 mostrou que a média dos 188 países avaliados foi de 0,702. Como indicador de desenvolvimento, o IDH divulgado pela ONU permite comparações entre países e ao longo do tempo e é de ampla divulgação pela mídia fazendo os governantes ficarem atentos a esses índices na elaboração de políticas públicas para atender suas populações.

No Brasil, além dos estudos periódicos realizados pelo IBGE com seu caráter de informação oficial, desde 2005 os estudos realizados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e conhecidos como Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), têm sido utilizados como referência da fotografia de políticas públicas para estudos do desenvolvimento brasileiro. O IFDM é parecido ao IDH calculado pela Organização das Nações Unidas sendo que a diferença reside em que o primeiro é coletado anualmente enquanto o segundo, são índices levantados a cada dez anos com o censo demográfico pelo governo federal, no caso do Brasil.

O IFDM é calculado utilizando os seguintes indicadores:

- 1) Emprego e Renda: com foco no mercado formal de trabalho, usando critérios de geração formal de empregos, absorção da mão-de-obra local, salários médios do emprego formal e desigualdade; usa como fonte de coleta os dados do Ministério do Trabalho e Emprego.
- 2) Educação: foco na qualidade do ensino infantil e fundamental; usa como critérios as matrículas na educação infantil, os dados sobre o ensino fundamental (abandono, distorção idade/série, docentes com ensino superior, média de horas/aulas diária e resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Tem como fonte de dados o Ministério da Educação.
- 3) Saúde: foco na atenção básica e prevenção de doenças, pré-natal e óbitos. O Ministério da Saúde é a fonte de coleta de dados.

3 CONJUNTURA HISTÓRICO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS

O atual município de Paraisópolis tem sua origem no desmembramento de uma área do município de Pouso Alegre no século XIX. A elevação de Paraisópolis à categoria de cidade e sede de município, então com o nome de São José do Paraíso, ocorreu em 24 de dezembro de 1874, nome que perdurou até 1914 quando o município passou a ter a denominação atual.

Antes, por volta de 1820, ao exaurir os minérios da região e afim de conter o expansionismo paulista na área de fronteira ainda mal delimitada, a doação de uma sesmaria por parte de D. Pedro I a um guarda-mor local, culminou com a instalação de um grupo de fazendeiros e colonos mineiros que passaram a se dedicar ao cultivo da terra e criação de gado. O incremento no comércio entre o sul da província de Minas Gerais em direção às baixadas litorâneas de São Paulo no decorrer do final do século XIX do Brasil imperial e depois republicano durante todo o século XX, persistiu por sua localização estratégica trazendo para a sede do município importantes progressos tecnológicos, econômicos e culturais fazendo da cidade um polo irradiador de desenvolvimento na região que, mesmo com os reveses de dificuldades e problemas políticos a nível estadual e federal, persistem até a época atual alternando um maior ou menor dinamismo, porém, sem jamais deixar de tê-lo.

Uma linha férrea chegou até a cidade em 1912 vinda de Itajubá de onde se alcançava o Rio de Janeiro capital do país e a efervescente cidade de São Paulo que vivenciava o início de sua industrialização que influenciaria mais tarde diretamente Paraisópolis nas décadas seguintes. A dificuldade de transposição da Serra da Mantiqueira entre Paraisópolis e o Estado de São Paulo para se chegar até as cidades do Vale do Rio Paraíba foi finalmente vencida em 1937 com a construção de uma estrada, de terra, mas que permitia o fluxo em ambos sentidos de mercadorias com mais agilidade entre as duas regiões sobre a antiga picada de mulas, utilizadas até então para transporte por local de terreno acidentado e de altitude. Essa estrada, hoje uma rodovia estadual, é um dos dois principais acessos da população sul mineira para o litoral norte de São Paulo e influenciou todo o crescimento do comércio e industrialização que o município teve desde aquele ano.

Como todo o Sul de Minas foi a lavoura cafeeira associada à criação de gado leiteiro, a fonte primordial do crescimento econômico do município de Paraisópolis, que ao comportar diversos distritos chegou a ter no passado uma população três vezes maior de habitantes do que sua população atual.

Com uma economia baseada no cultivo do café e criação de animais e com uma população crescente, era natural que uma industrialização leve ocorresse na cidade ligada a esses setores. Assim, entre as décadas de 1920 até meados da década de 1960, diversas manufaturas de produtos alimentícios existiram na cidade aproveitando o potencial existente para isso.

FIGURA 1 – INAUGURAÇÃO DA ESTRADA ENTRE PARAISÓPOLIS, MG, E SÃO BENTO DO SAPUCAÍ, SP, EM 1939.



Foto: Arquivo do autor.

A instalação em 1939 de uma grande fábrica de laticínios, a VIGOR, que impulsionou toda a cadeia da produção leiteira no município a partir daquele ano, deu à população paraisopolitana desde aquela época, a noção de não ser o município de Paraisópolis um mero rincão esquecido nas montanhas de Minas e distante de sua capital estadual e política. Estar situado na fronteira com o Estado de São Paulo e de todo seu dinamismo e poder econômico é uma situação de conforto ou não dependendo da visão administrativa de quem governa o município e tem ou quer ter a percepção do isso significa. Assim foi no final da década de 1960 quando a industrialização paulista vizinha crescia saltando aos olhos dos mineiros do sul, praticamente os convidando a se juntarem a ela em São Paulo. Não havia uma organização econômica integrada regional voltada para a industrialização e Paraisópolis como muitos outros municípios da região viram àquela época, grandes contingentes de suas populações aderirem à bonança paulista com a certeza de uma vida melhor em São Paulo e que a distante Belo Horizonte não se propunha a dar. A posse da terra em grandes extensões por poucas e abastadas famílias culminou a princípio com o êxodo da população rural pobre para a cidade o que, com o decorrer do tempo, não encontrando esta uma oportunidade de trabalho na cidade ou estando ela subempregada, o caminho natural era a migração para o rico estado vizinho ao lado.

A arte da política mineira é a arte do convencimento do adversário em tornar possível uma situação inusitada, senão, inacreditável. E assim foi no raiar da década de 1970 quando a preocupação do esvaziamento populacional do município, onde se via toda semana famílias amontoadas em carrocerias de caminhão com seus móveis rumo à estrada para São Paulo, bateu à porta do gabinete do prefeito de Paraisópolis no momento em que a decadência da economia rural do município também ganhava passo.

A ideia de municípios associados para o desenvolvimento tomava corpo na vizinhança paulista e se não era de toda compreendida em muitos lugares de um Brasil ainda pouco alfabetizado, era ignorada por políticos sedentários avessos à modernização. E a Paraisópolis que teve cinquenta anos antes a sua *belle époque* com teatro, cinema, ferrovia, um aeroporto nos primórdios dessa modalidade de transporte, uma usina municipal de geração de eletricidade, abastecimento de água e esgoto sanitário construídos às próprias custas, o que raramente era oferecido por cidades muito maiores, não deixaria passar sem interesse a modernidade representada pela inovação em gestão pública compartilhada dos anos 70 e as oportunidades de investimentos que isso representava vindos da vizinhança. Não era só a população de Paraisópolis que se mudava para o Estado de São Paulo, mas o próprio município fez isso e sem deixar de ser mineiro.

Muita coisa de educação de qualidade e ensino avançado já vinha ocorrendo em Itajubá que tinha há muitas décadas sua universidade federal e em Santa Rita do Sapucaí, pioneira no ensino de telecomunicação e fabricação de produtos a isso relacionados. Nessas duas cidades, muitos filhos de Paraisópolis estudaram ou estavam estudando naquele momento e encontrariam mais tarde oportunidades na própria cidade natal que estava disposta a lançar-se na oportunidade que se aproximava. Juntando-se ao consórcio público de municípios do Vale do Paraíba paulista, o CODIVAP (Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba), o município de Paraisópolis deu um salto definitivo rumo ao seu desenvolvimento.

3.1 O CODIVAP

O Decreto Estadual No. 48.162 de 03 de julho de 1967 criou a divisão sub-regional do Estado de São Paulo almejando a ordenação racional do desenvolvimento daquele estado. O Vale do Paraíba paulista situado entre as duas maiores cidades do Brasil, São Paulo e Rio de

Janeiro, era o local ideal para a implantação de grandes projetos industriais, logísticos e tecnológicos atraindo o interesse de investidores estrangeiros, representados sobretudo, por grandes empresas multinacionais. No início de 1970, o crescimento da região era notável, mas desigual. Isso levou os gestores públicos a procurar uma solução tornando-a mais igualitária, com menos competição interna e melhor preparada para a atração de novos investimentos. Para o planejamento num nível regional como o almejado para o Vale do Paraíba paulista, o modelo encontrado foi o de Consórcio Público. Assim, em 10 de outubro de 1970, “com um espírito de livre iniciativa entre os prefeitos” (MARTINS et al. ,1971), foi criado o CODIVAP objetivando a aproximação política e administrativa de 29 municípios paulistas e um município mineiro.

FIGURA 2 – LEI MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE
PARAISÓPOLIS NO CODIVAP.



Prefeitura Municipal de Paraisópolis
MINAS GERAIS

LEI Nº 666-De 26 de Fevereiro de 1971

"Dispõe sobre autorização para assinatura de convênio para constituição do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba"

A Câmara Municipal de Paraisópolis decretou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a celebrar com Municípios da Região do Vale do Paraíba, Estado de São Paulo, convênio para constituição do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO VALE DO PARAIBA-CODIVAP, nos termos da minuta anêxa, a qual passa a fazer parte integrante da presente lei.

Art. 2º - Constituído o Consórcio a que se refere a presente lei, o Município de Paraisópolis ficará vinculado a todas as obrigações e diretrizes assumidas em função do convênio.

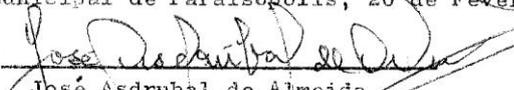
Art. 3º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir, por decreto do Executivo, na forma do disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, um crédito especial de 3% (três por cento) da renda geral municipal, para ocorrer as despesas no presente exercício, devendo-se consignar nos orçamentos futuros, verbas próprias para o mesmo fim.

Parágrafo Único - Do decreto que abrir o crédito a que se refere o presente artigo constará, obrigatoriamente os recursos da abertura disponíveis.

Art. 4º - É concedida isenção de impostos e taxas municipais que incidam ou venham a incidir sobre bens ou serviços do CONSÓRCIO.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Paraisópolis, 26 de Fevereiro de 1971


José Asdrubal de Almeida
Prefeito Municipal

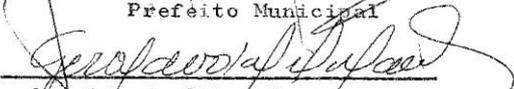
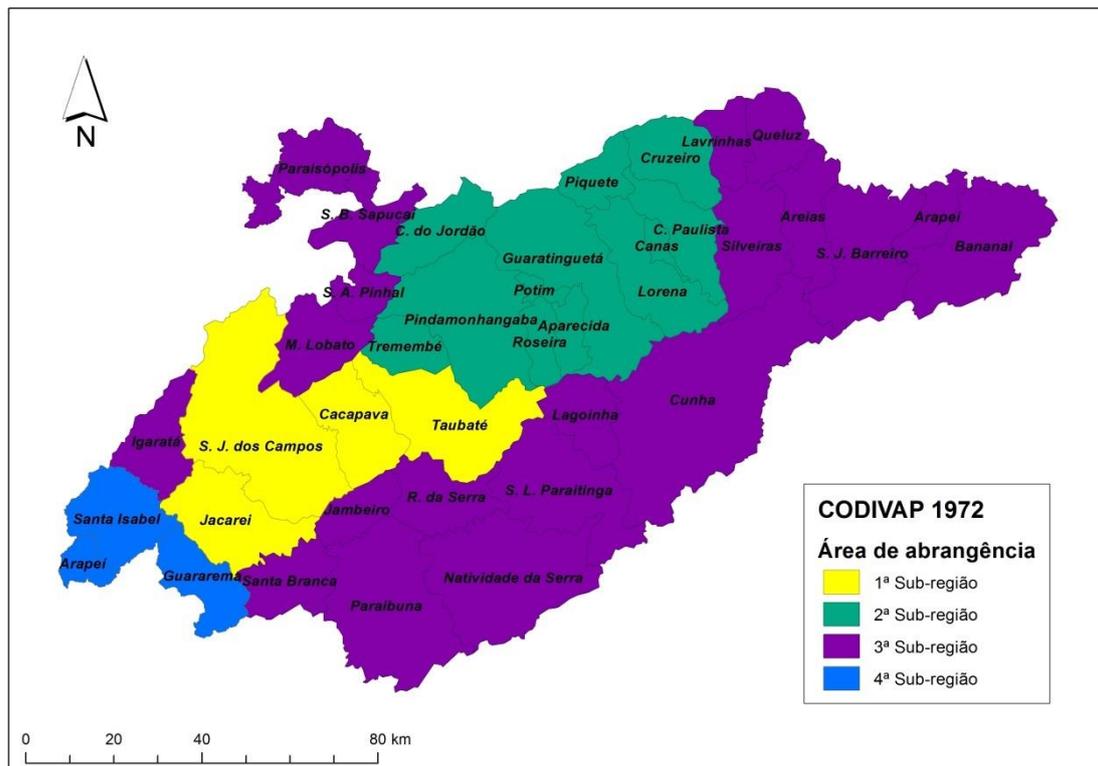

Genaldo da Silva Santos
Secretário



FIGURA 3 – MAPA COM OS MUNICÍPIOS COMPONENTES DO CODIVAP EM 1972.



Paraisópolis, um estranho no ninho paulista?

Nem tanto! Mas, somente a ordem institucional de exceção do regime político federal com leis baseadas em decretos pelos chefes de executivos de um governo auto-imposto ao país vigente no início da década de 1970, associada à astúcia de um grupo de políticos visionários para realizar a proeza de inserir um pequeno município mineiro e beirando o começo da decadência num consórcio público de municípios de outro estado e ainda obter conquistas econômicas e de infraestrutura que deixariam admirados os próprios representantes dos municípios paulistas integrantes do referido consórcio. A maior dessas conquistas atendeu pelo nome de ERICSSON DO BRASIL, uma empresa sueca de telecomunicações e a construção de uma unidade fabril no município de Paraisópolis inaugurada quatro anos após sua adesão ao CODIVAP.

Pelos treze anos seguintes a fábrica da Ericsson construída em Paraisópolis foi a indutora da volta do crescimento econômico e populacional do município. A escolha de Paraisópolis para a implantação dessa empresa sueca não se deu ao acaso, mas com o trabalho de paraisopolitanos junto ao gabinete do governador do Estado de São Paulo e ao prefeito do município de São José dos Campos onde ocupavam cargos-chave nessas administrações, o que tornou possível uma influência cordial e convincente. Programada para ser construída inicialmente longe de São José dos Campos onde já havia uma unidade em operação, a nova

fábrica acabou por ter decidida a sua implantação em Paraisópolis num acerto político certamente, mas que também acabou envolvendo a posição geográfica da cidade, a redução de custos operacionais e principalmente a determinação da maioria da própria população que colaborou na ajuda para a construção daquela fábrica no município. A participação de Paraisópolis no CODIVAP foi fundamental para conseguir a instalação da Ericsson em seu território cuja inauguração da nova fábrica deu-se em 07 de março de 1975. Um ano mais tarde, em 29 de maio de 1976, ocorreu a inauguração da rodovia interestadual asfaltada MG173/ SP42, mais um benefício direto da participação de Paraisópolis no CODIVAP e que colocaria em definitivo o município sob a influência econômica do Estado de São Paulo.

FIGURA 4 – INAUGURAÇÃO DA FÁBRICA DA ERICSSON EM PARAISÓPOLIS EM 07 DE MARÇO DE 1975.



Foto: Arquivo do autor. Na fotografia aparecem, da esquerda para a direita em primeiro plano, Avelino Ribeiro Filho, prefeito municipal, Euclides Quandt de Oliveira, Ministro das Comunicações, Juracy Magalhães, representante da empresa e Rondon Pacheco governador de Minas Gerais.

FIGURA 5 – ANÚNCIO NO JORNAL DO BRASIL DE 07 DE MARÇO DE 1975 SOBRE A INAUGURAÇÃO DA ERICSSON EM PARAISÓPOLIS.

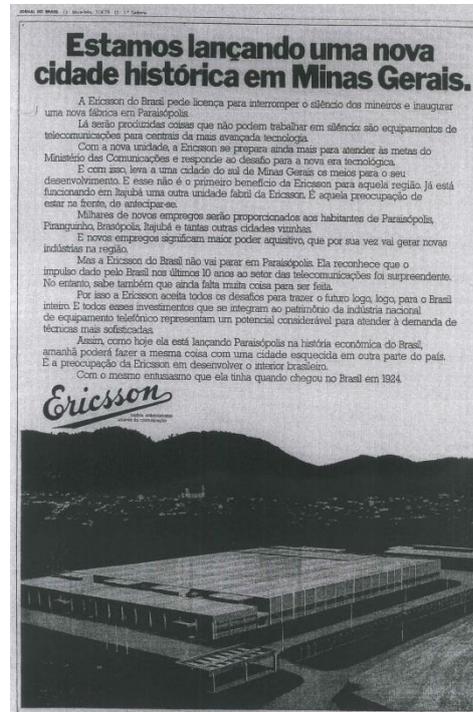


FIGURA 6 – INAUGURAÇÃO DA RODOVIA ASFALTADA MG 173/ SP 42 EM 29 DE MAIO DE 1976.



Foto: Arquivo do autor. À esquerda ao centro da foto olhando a placa comemorativa pela inauguração da rodovia o governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins e à sua direita Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, governador de Minas Gerais.

O final dos anos 80 marcaram a chegada em Paraisópolis da fábrica General Motors do Brasil. Em 1987, deu-se o fim dos contratos para os produtos fabricados pela Ericsson em Paraisópolis. Com a base econômica do município voltada quase que exclusivamente para a arrecadação dos impostos oriundos através daquela empresa e em torno da qual girava todo o comércio local, uma nova decadência era iminente. Em anos anteriores, Paraisópolis figurara entre os 40 primeiros municípios de Minas Gerais na arrecadação de ICMS e a não recorrência dos prefeitos do período em conseguir diversificar a economia com a atração de outras indústrias que viessem a suprir os empregos em via de perda pela Ericsson, geraria um grave problema social e econômico. A direção sueca da empresa ciente do caos que a cidade teria e sabendo que a General Motors tinha planos de instalação de uma fábrica na região, ofereceu para esta as instalações que dispunha em Paraisópolis. A mão-de-obra que atendia à Ericsson era similar ao que a GMB procurava para sua nova fábrica e estava próxima às unidades de São José dos Campos e São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo, destino principal da produção da nova unidade. Mais uma vez, a ação política rápida do executivo municipal aliada aos laços sociais que o então vice-presidente da GMB à época tinha há muitos anos com o município, ocasionaram mais uma virada de sucesso para a cidade. Assim, em 1988, através da divisão Packard Electric da General Motors do Brasil, Paraisópolis deixava o temor de um retrocesso econômico e social com o fim das operações da Ericsson para entrar nos anos 1990 tendo a maior fábrica do Sul de Minas em número de funcionários que no auge alcançou um número próximo de 4.000, ampliando o crescimento e desenvolvimento da cidade e região de seu entorno. Foram vinte anos ininterruptos até 2008 de grande volume de produção de fiações elétricas para veículos automotores quando, além da abertura de novas fábricas em outras cidades que receberam linhas de produção da fábrica de Paraisópolis e após se desmembrar da GMB passando a se chamar Delphi Automotive Systems, a crise financeira internacional daquele ano fez o quadro de funcionários ser reduzido em dois terços na unidade do município. Mesmo assim, com o número atual de funcionários reduzido a um terço do que teve no passado e mais um reordenamento jurídico com a empresa se chamando agora Aptiv, o montante de riquezas diretas e indiretas geradas para o município em 2017 por esta uma é vital para o seu bom funcionamento sem depender unicamente dos governos do estado e federal.

FIGURA 7 – EDIÇÃO DE 1990 DA REVISTA INTERNACIONAL DA EMPRESA DESTACANDO A UNIDADE DA GMB PACKARD EM PARAISÓPOLIS.

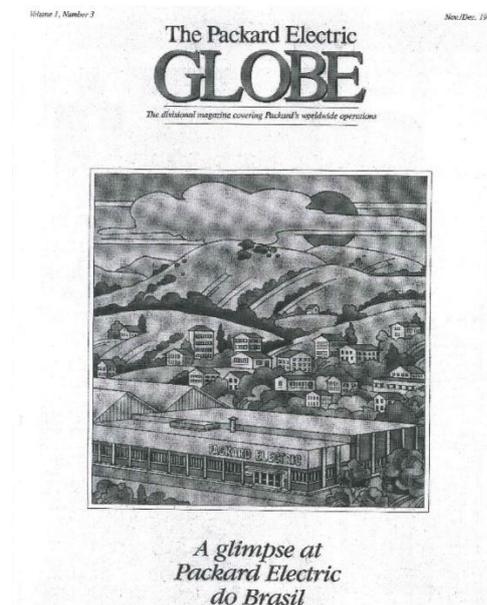


FIGURA 8 – LANÇAMENTO DO CHEVROLET OMEGA EM 1992 QUE TINHA SEUS COMPONENTES ELÉTRICOS PRODUZIDOS EM PARAISÓPOLIS.



FIGURA 9 – COMEMORAÇÃO EM 1994.



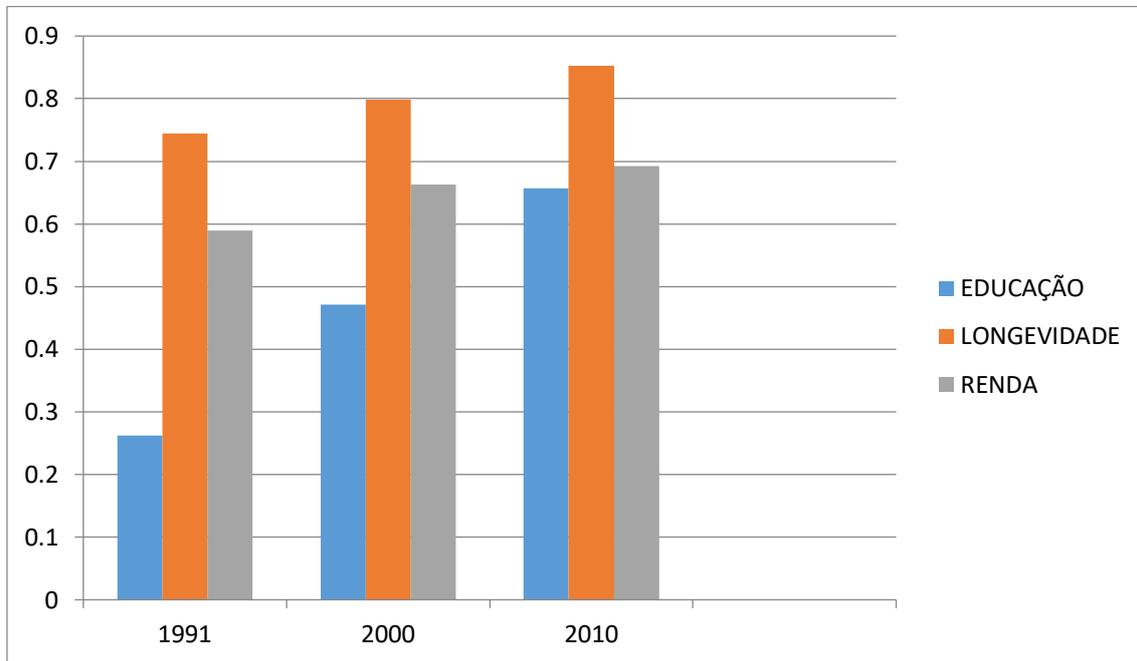
Em Paraisópolis os anos 2000, foram marcados até o momento pela instalação de diversas outras indústrias menores no município onde uma boa mão-de-obra treinada no passado nas fábricas da Ericsson, GMB e suas sucessoras, estão aptas a atender os segmentos da indústria eletroeletrônica e metalomecânica. Porém, a criação de novas vagas por essas indústrias menores já instaladas, têm-se mostrado insuficiente para suprir ao número de desempregados no município.

Os últimos sete anos (2011 – 2017) marcaram as tentativas dos ocupantes do poder executivo municipal em implantar um distrito industrial na cidade, atraindo mais empresas para assim, combater o desemprego e mantendo em aberto as expectativas da população em conseguir trabalho no próprio município.

As áreas de comércio e serviços continuam muito relevantes e proporcionando a criação de postos de trabalho no município atendendo não apenas este, mas também os municípios menores próximos. O paisagismo e clima da Serra da Mantiqueira que emolduram todo o município de Paraisópolis é um fator de atração importante de visitantes e novos moradores, assim como revelam um potencial a ser considerado para a exploração da agricultura temperada e da pecuária leiteira que pode ter um renascimento nos próximos anos mediante incentivos públicos e privados. As lavouras comerciais continuam existindo embora com um peso menor na economia do município se comparadas à importância que tiveram no passado sem, no entanto, deixar de significar uma fonte de renda mais estável numa cidade dependente da indústria de autopeças, segmento sujeito a altos e baixos na política econômica nacional.

3.1.1 O Município de Paraisópolis nos números do PNUD

GRÁFICO 3 - DEMONSTRATIVO GERAL DO IDHM DE PARAISÓPOLIS



Fonte: Elaboração própria do autor.

TABELA 5 - IDHM DO MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS NA MEDIÇÃO DO PNUD

ÍNDICE	1991	2000	2010
<u>EDUCAÇÃO</u>	0,262	0,471	0,657
<u>LONGEVIDADE</u>	0,744	0,798	0,852
<u>RENDA</u>	0,589	0,663	0,529
TOTAL	0,486	0,629	0,729

TABELA 6 - POPULAÇÃO

	1991	1991%	2000	2000%	2010	2010 %
TOTAL	14.614	100,00	17.498	100,00	19.379	100,00
URBANA	10.291	70,42	12.990	74,24	16.058	82,86
RURAL	4.323	29,58	4.508	25,76	3.321	17,14

Fonte: Elaboração própria do autor.

TABELA 7 - ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO DE PARAISÓPOLIS

ETÁRIA	1991	1991%	2000	2000%	2010	2010%
<15 ANOS	4.502	30,81	4.696	26,84	4.167	21,50
15-64 ANOS	9.137	65,5	11.451	65,44	13.389	69,09
>65 ANOS	975	6,6	1.351	7,72	1.823	9,41

Fonte: Elaboração própria do autor.

TABELA 8 - LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE EM PARAISÓPOLIS:

	1991	2000	2010
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER	69,6	72,9	76,1
MORTALIDADE INFANTIL	25,2	20,7	13,7
MORTALIDADE ATÉ 5 ANOS	33,3	22,7	15,9
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL	3,0	2,5	2,2

Fonte: Elaboração própria do autor.

TABELA 9 - EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (2010)

CRIANÇAS DE 5 A 6 ANOS NA ESCOLA:	96,08%
CRIANÇAS DE 11 A 13 ANOS NOS ANOS FINAIS DO ENS. FUND.:	82,51%
JOVENS 15 A 17 ANOS COM ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO:	66,17%
JOVENS DE 18 A 20 ANOS COM ENSINO MÉDIO COMPLETO:	51,65%
JOVENS DE 18 A 20 ANOS CURSANDO ENSINO SUPERIOR:	8,92%

Fonte: Elaboração própria do autor.

TABELA 10 - Expectativa de anos de estudo em Paraisópolis (alunos de 7 a 18 anos)

1991	8,32 ANOS
2000	9,12 ANOS
2010	9,02 ANOS

TABELA 11 – ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO ADULTA COM 25 ANOS OU MAIS
SITUAÇÃO

	1991	2000	2010
FUNDAMENTAL INCOMPLETO E ANALFABETO	54,9	57,8	43,0
FUNDAMENTAL INCOMPLETO E ALFABETIZADO	23,6	14,5	10,1
FUNDAMENTAL COMPLETO E MÉDIO INCOMPLETO	7,4	8,4	16,2
MÉDIO COMPLETO E SUPERIOR INCOMPLETO	9,5	14,9	21,9
SUPERIOR COMPLETO	4,6	4,4	8,8

Fonte: Elaboração do autor com dados do PNUD.

TABELA 12 – RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

	1991	2000	2010
RENDA PER CAPITA	311,99	494,05	592,61
% DE PESSOAS EXTREMAMENTE POBRES	13,18	6,47	1,84
% DE POBRES	40,10	19,02	9,52
ÍNDICE DE GINI	0,55	0,53	0,46

Fonte: Elaboração do autor baseada em dados do PNUD.

TABELA 13 - TRABALHO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA OCUPADA	66,2%
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DESOCUPADA	5,6%
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE INATIVA	28,2%

Fonte: elaboração do autor com dados do PNUD.

TABELA 14 – OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO EM 2000 E 2010 RESPECTIVAMENTE:

TAXA DE ATIVIDADE – 18 ANOS OU MAIS	65,61	66,24
TAXA DE DESOCUPAÇÃO – 18 ANOS OU MAIS	10,86	5,60
TAXA DE OCUPADOS FORMAIS – 18 ANOS OU MAIS	64,82	63,39
% OCUPADOS COM FUNDAMENTAL COMPLETO – 18 ANOS	41,83	60,88
% OCUPADOS COM MÉDIO COMPLETO – 18 ANOS OU MAIS	28,96	40,97
OCUPADOS COM RENDA ATÉ 1 S.M – 18 ANOS OU MAIS	38,85	17,73
OCUPADOS COM RENDA ATÉ 2 S.M – 18 ANOS OU MAIS	80,09	80,99
OCUPADOS COM RENDA ATÉ 5 S.M – 18 ANOS OU MAIS	93,91	96,06

Fonte: Elaboração do autor baseada em dados do PNUD.

TABELA 15 - HABITAÇÃO

	1991	2000	2010
% DOMICÍLIOS COM ÁGUA ENCANADA	86,55	94,94	90,31
% DOMICÍLIOS COM ELETERICIDADE	92,46	97,91	99,79
% DOMICÍLIOS COM COLETA DE LIXO	92,38	98,16	99,12

Fonte: Elaboração do autor com dados do PNUD.

TABELA 16 – VULNERABILIDADE SOCIAL

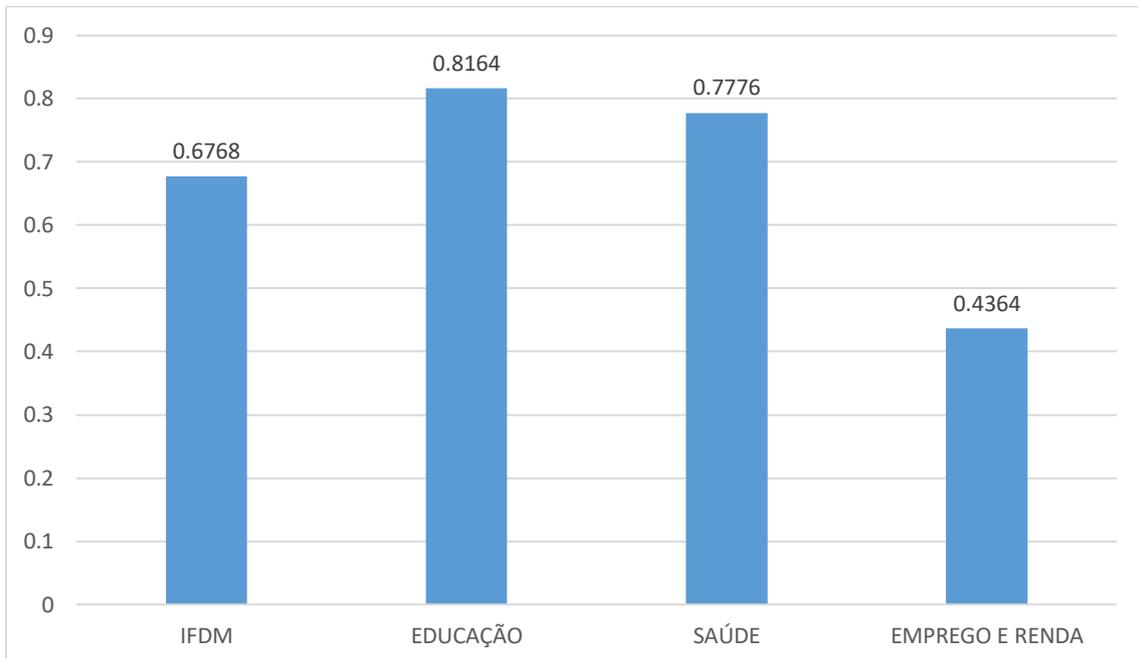
	1991	2000	2010
MORTALIDADE INFANTIL	25,17	20,69	13,70
% DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS FORA DA ESCOLA	-	92,24	71,00
% DE CRIANÇAS DE 6 A 14 ANOS FORA DA ESCOLA	20,95	7,29	4,89
% POP. DE 15 A 24 ANOS SEM ESTUDAR E TRABALHAR	-	15,27	9,35
% MATERNIDADE DE MULHERES DE 10 A 17 ANOS	1,13	4,33	0,93
% DE VULNERÁVEIS E DEPENDENTES DE IDOSOS	4,65	2,20	1,57
% DE CRIANÇAS EXTREMAMENTE POBRES	20,86	12,35	3,13
% DE VULNERÁVEIS À POBREZA	66,53	41,80	28,65
% DE PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS SEM			

EF COMPLETO EM OCUPAÇÃO INFORMAL	-	49,28	37,29
<hr/>			
% DE DOMICÍLIOS COM BANHEIRO E ÁGUA			
ENCANADA	83,41	97,34	99,81

Fonte: Elaboração do autor.

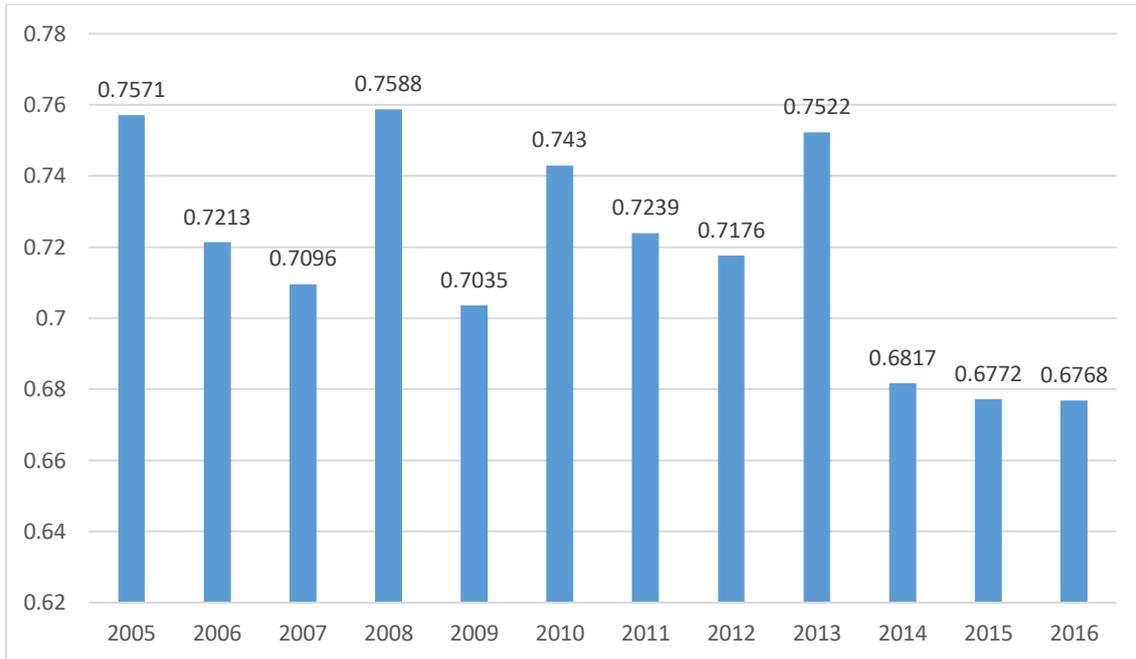
3.1.2 O Índice FIRJAN de Desenvolvimento do Município de Paraisópolis

GRÁFICO 4 - IFDM E ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO – ANO BASE 2016



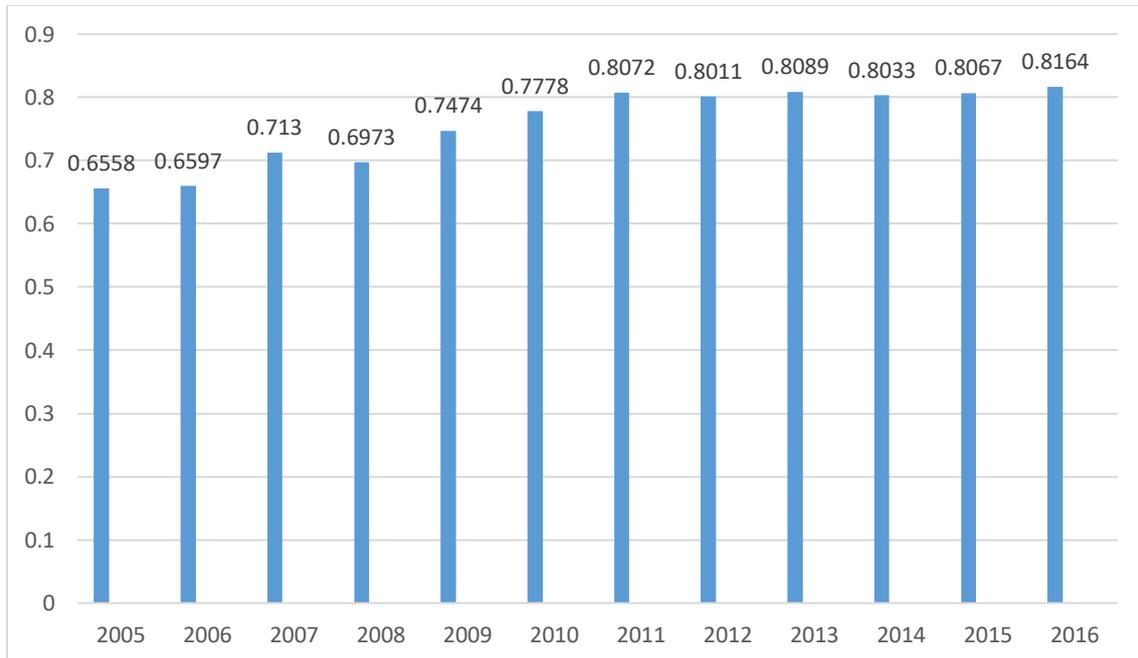
Fonte: Elaboração do autor.

GRÁFICO 5 - IFDM CONSOLIDADO 2005 A 2016



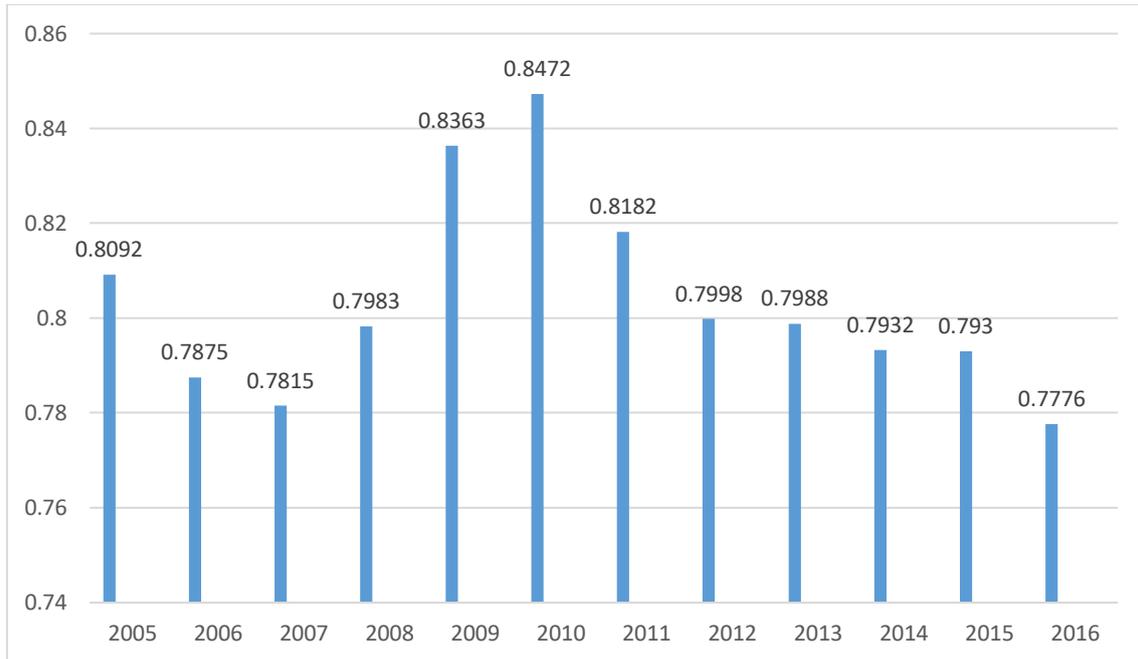
Fonte: Elaboração do autor.

GRÁFICO 6 – IFDM EDUCAÇÃO 2005 A 2016



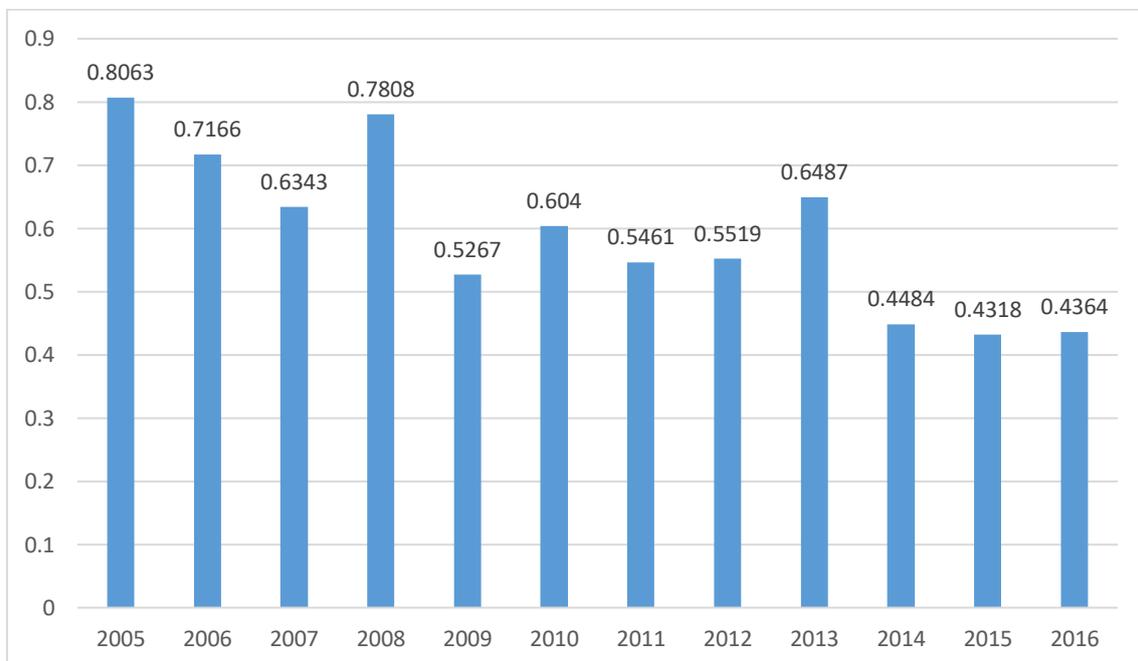
Fonte: Elaboração do autor.

GRÁFICO 7 – IFDM SAÚDE 2005 A 2016



Fonte: Elaboração do autor.

GRÁFICO 8 – IFDM EMPREGO E RENDA 2005 A 2016



Fonte: Elaboração do autor.

3.1.3 Arrecadação de impostos

TABELA 17 - COMPARATIVO DE EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE ICMS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS COM MUNICÍPIOS VIZINHOS DE PERFIL INDUSTRIAL DE 2000 ATÉ 2017:

ANO:	CAMBUÍ	EXTREMA	PARAISÓPOLIS	S.R.SAPUCAÍ
2000	12.625.448,59	27.009.291,28	20.835.533,40	16.072.400,20
2001	15.602.045,04	36.960.238,08	23.323.453,68	15.502.959,75
2002	16.025.986,98	45.655.412,91	22.629.477,57	19.750.889,67
2003	19.020.170,53	45.026.526,05	22.251.797,97	17.482.522,38
2004	26.566.084,01	49.377.066,62	32.866.800,35	16.764.621,64
2005	24.293.617,47	62.886.972,24	40.342.674,46	20.456.189,79
2006	28.745.488,63	75.965.265,60	37.129.585,66	23.833.565,60
2007	35.601.886,05	93.937.856,63	37.461.326,83	27.049.187,63
2008	44.787.335,47	128.339.531,07	42.683.510,20	37.229.184,39
2009	47.736.394,93	128.977.029,20	37.730.216,89	35.982.930,69
2010	59.276.192,44	180.545.603,94	43.533.492,02	42.623.635,40
2011	60.047.762,91	200.804.289,27	40.637.584,29	52.399.745,88
2012	69.188.618,46	296.119.261,43	30.832.377,85	53.178.309,84
2013	66.135.161,28	351.945.167,82	37.940.002,61	54.715.913,49
2014	77.994.759,37	409.675.301,87	32.383.712,90	58.777.853,06
2015	87.982.404,19	451.859.799,20	27.613.198,65	52.651.992,25
2016	103.905.592,62	521.537.958,98	32.234.240,95	52.188.698,52
2017	113.095.898,83	638.401.066,92	47.975.635,81	60.773.580,54

Fonte: Elaboração do autor.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Analisando a economia do Sul de Minas Gerais dos anos recentes, nota-se que a mesma é dominada por um pequeno grupo de cidades “grandes” para os padrões da região, todas com uma população superior a 100.000 habitantes e inferior a 200.000 habitantes e que estas exercem uma influência direta sobre aquelas menores de suas microrregiões e disputam investimentos públicos e privados fazendo uso de suas forças políticas. São notáveis alguns casos de municípios de população pequena na região como Extrema, Santa Rita do Sapucaí e Cambuí, todas com menos de 50.000 habitantes, mas que têm um Produto Interno Bruto muito alto assim como suas rendas per capita. Isso se deve, no caso da primeira, pelo aproveitamento do acesso melhorado proporcionado pela duplicação da rodovia Fernão Dias que liga a cidade de São Paulo a Belo Horizonte na década de 1990 e as políticas públicas de atração de indústrias para aquele município cujos gestores municipais viram na posição geográfica de Extrema, um fator de excelência. Santa Rita do Sapucaí é um caso notório no Brasil de uma cidade que se desenvolveu a partir da educação com a criação de uma escola técnica de eletrônica há meio século, se voltando para isso e ampliando os conhecimentos nessa área à medida que a tecnologia das comunicações e informação seguiu sua evolução. Cambuí, numa escala menor, também soube tirar proveito de sua proximidade com a região metropolitana de São Paulo e o fato da BR 381, a Fernão Dias, também atravessar seu território, conseguindo criar um parque industrial com muitas pequenas fábricas, mas que quando somado o montante de impostos gerados, colocam aquela cidade com alta renda e entre as mais promissoras para crescimento e desenvolvimento no Sul de Minas.

Estar situado no eixo da rodovia Fernão Dias e a até 250 quilômetros da capital paulista parece ser a localização para o sucesso dos municípios do Sul de Minas que pretendem atrair indústrias mais facilmente. Pouso Alegre é a prova disso. Cortada por diversas rodovias, em menos de uma década o município, mesmo ainda não tendo a maior população da região, passou a ter o maior PIB e a maior arrecadação de impostos capitaneando todo o desenvolvimento de seu entorno com políticas consistentes de atração de investimentos produtivos para seu território, algo que, sobretudo Varginha e Itajubá mesmo apresentando indicadores sociais e econômicos notáveis (IDH 0,778 e 0,787 respectivamente e PIBs superiores a um bilhão de reais) e tendo sido cidades exemplos de desenvolvimento para outras no passado, não conseguiram acompanhar com tal dinamismo nos anos recentes, Pouso Alegre.

A extensão de terras entre a Mantiqueira e o Rio Grande onde estão todos os municípios da região é o lugar das belas paisagens de montanhas de ar frio dos trópicos temperados, águas fartas, boa comida e gente acolhedora, tornando-se assim um destino turístico convidativo e próximo para paulistas, mineiros e fluminenses. A participação de muitos municípios em circuitos turísticos que vêm sendo implantados nos últimos anos, responde à uma tentativa coerente de geração de renda e aproveitamento das potencialidades locais incrementando sobretudo, o setor de serviços.

Os serviços, respondiam pela maior parte (59,1%) da composição do PIB do Sul de Minas que era de pouco mais de 65 bilhões de reais em 2015 e é um componente homogêneo quando considerado que toda cidade, independente do seu número de habitantes, gera dividendos a partir deste setor. A participação da indústria (26,1%) continua sendo de suma importância para os municípios que as possuem em seu território sendo este segmento ainda considerado um indutor de crescimento e desenvolvimento no imaginário dos políticos e da população. A diminuição constante da participação da agropecuária no PIB da região não significa necessariamente que ela não seja mais tão importante. O Sul de Minas é o maior produtor mundial de café, tem uma considerável produção anual de grãos, uma grande bacia leiteira e está em marcha a produção comercial de cereais e da fruticultura de clima temperado onde as culturas do trigo e de oliveiras, mostram um caminho promissor constituindo uma reserva de oportunidades para aqueles municípios que não têm ou não conseguem atrair indústrias e serviços suficientes para comporem o seu quadro econômico.

4.1 Paraisópolis na avaliação do PNUD

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento com dados baseados no censo decenal do governo brasileiro mostra o município de Paraisópolis com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,729 em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). O fator que mais contribui para o IDHM do município é a Longevidade, com índice de 0,852, seguida de Renda, com índice de 0,692, e de Educação, com índice de 0,657.

Entre 1991 e 2000 O IDHM passou de 0,486 em 1991 para 0,629 em 2000, uma taxa de crescimento de 29,42%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 72,18%

entre 1991 e 2000. Nesse período, o fator cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,209), seguida por Renda e por Longevidade.

Já entre o ano 2000 e 2010 O IDHM passou de 0,629 em 2000 para 0,729 em 2010, uma taxa de crescimento de 15,90%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 73,05% entre 2000 e 2010. Nesse período, o fator cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,186), seguida por Longevidade e por Renda.

Os números do período entre 1991 e 2010, mostram que o IDHM do município passou de 0,486, em 1991, para 0,729, em 2010. Isso implica em uma taxa de crescimento de 50,00% para o município. No município, o fator cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,395), seguida por Longevidade. Porém, no período de dezenove entre 1991 e 2010, houve uma diminuição do fator renda que caiu de 0,589 para 0,529.

A evolução da Saúde e Educação no período pode ser entendida como uma boa aplicação dos recursos provenientes das políticas federais de repasses para esses setores. A queda no índice da renda não é um indicador de que a economia não cresceu e sim de que esta não seguiu uma distribuição angariando um desenvolvimento econômico que amparasse um número satisfatório da população.

4.1.1 População e saúde

Entre 2000 e 2010, a população de Paraisópolis cresceu a uma taxa média anual de 1,03%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 74,24% para 82,86%. Em 2010 viviam, no município, 19.379 pessoas. Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 2,02%. Na UF, esta taxa foi de 1,43%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 70,42% para 74,24%.

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 52,81% para 44,74% e a taxa de envelhecimento, de 7,72% para 9,41%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 59,94% e 6,67%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000 e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento

passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente. Em dezenove anos a esperança de vida ao nascer no município aumentou em seis anos.

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 20,7 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 13,7 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 25,2. Já na UF, a taxa era de 15,1, em 2010, de 27,8, em 2000 e 35,4, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos. Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

4.1.2 Educação

No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 96,08%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 82,51%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 66,17%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 51,65%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 57,70 pontos percentuais, 42,41 pontos percentuais, 45,52 pontos percentuais e 41,43 pontos percentuais. Em 2010, 82,69% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 89,25% e, em 1991, 75,57%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 8,92% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 5,26% e, em 1991, 1,90%.

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 9,12 anos para 9,02 anos, no município, enquanto na UF passou de 9,16 anos para 9,38 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 8,32 anos, no município, e de 8,36 anos, na UF.

Compõe o IDHM Educação também um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo.

Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 32,97% para 51,62%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 24,13% no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 10,11% eram analfabetos, 46,88% tinham o ensino fundamental completo, 30,64% possuíam o ensino médio completo e 8,78%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

4.1.3 Renda E trabalho

A renda per capita média de Paraisópolis cresceu 89,95% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 311,99, em 1991, para R\$ 494,05, em 2000, e para R\$ 592,61, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,43%. A taxa média anual de crescimento foi de 5,24%, entre 1991 e 2000, e 1,84%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 40,10%, em 1991, para 19,02%, em 2000, e para 9,52%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,55, em 1991, para 0,53, em 2000, e para 0,46, em 2010. Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 65,61% em 2000 para 66,24% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 10,86% em 2000 para 5,60% em 2010.

4.2 Paraisópolis na avaliação do Índice FIRJAN

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal de Paraisópolis entre o período de 2005 a 2016 mostra uma oscilação em seus nove primeiros anos nos índices consolidados quando se soma os resultados das áreas investigadas (educação, saúde e renda), porém, mantendo desenvolvimento moderado acima de 0,700. A partir de 2014 até 2016, houve a

descendência contínua do índice em que no último ano com números disponíveis para análise, ficou em 0,6768, muito abaixo de 2008 que teve o melhor desempenho na série histórica (0,7588).

A educação municipal se consolidou desde 2011 com um IFDM superior a 0,800 (alto desenvolvimento) e o setor de saúde, embora apresentasse no período entre 2009 a 2011 também um IFDM superior a 0,800, nos anos seguintes teve uma leve queda, mas, em nada se comparando com a queda nos índices de emprego e renda que de seu melhor ano em 2005 com IFDM 0,8063, caiu para 0,4364 em 2016. Os anos ruins para emprego e renda em Paraisópolis entre 2014 e 2016 quando vistos pelo IFDM, coincidem com a crise econômica e política vivida pelo país representando um agravamento local do desemprego e recessão econômica nacionais. Por outro lado, os anos de bom desempenho para emprego e renda em Paraisópolis, foram de 2005 a 2008, período que antecedeu uma grave crise econômica mundial que eclodiu naquele ano nos Estados Unidos e atingindo as economias capitalistas desenvolvidas. É o baixo desempenho de emprego e renda nos últimos três anos em Paraisópolis que puxou para baixo o IFDM consolidado do município no mesmo período apesar do sucesso nos números das áreas de educação e saúde.

Com o IFDM de 0,6768, Paraisópolis ocupa uma situação relativa quando comparado com os demais municípios do Brasil onde o IFDM máximo foi obtido por Louveira no estado de São Paulo com IFDM de 0,9006 e o menor IFDM que foi de 0,3214 do município de Ipixuna no Amazonas.

O levantamento do IFDM é um trabalho anual realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e exatamente por ser anual, permite visualizar melhor a aplicação de políticas públicas pelos gestores municipais na melhoria da qualidade de vida da população dos municípios do Brasil, fornecendo um quadro mais verossímil da realidade sem a distorção do período de dez anos dos estudos censitários promovidos pelo governo federal.

Quanto ao Índice Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, usado para medir o grau de concentração de renda numa população, apresentou para Paraisópolis no ano de 2010 a pontuação de 0,46. O referido índice varia de 0 a 1 e aponta a diferença de renda entre os mais pobres e os mais ricos. Quanto mais próximo de 0 estiver o índice do local avaliado, mais socialmente equilibrada será a renda do grupo analisado. Para o município de Paraisópolis, a distribuição de renda melhorou no período de dezenove anos contemplados neste estudo com o Índice Gini local variando de 0,55 em 1991 para 0,53 em 2000 e chegando a 0,46 em 2010.

Comparando com as melhores pontuações recentes do Índice Gini de outros lugares, o país melhor colocado atualmente é a Ucrânia com 0,24. O Brasil apresenta índice de 0,52, Minas Gerais 0,48, o município de Bandeira do Sul, no Sul de Minas, 0,34 e o município brasileiro melhor colocado é São José do Hortêncio, no Rio Grande do Sul, com 0,28.

4.3 A arrecadação de impostos

A alta arrecadação de impostos, sobretudo de ICMS, verificada no início dos anos 2000 no município de Paraisópolis e que era superior ao de municípios vizinhos próximos também de economia industrial, é explicada pelas atividades fabris da unidade da General Motors local que produzia um bem de alto valor agregado. No entanto, os três municípios usados aqui para comparação, Cambuí, Extrema e Santa Rita do Sapucaí, no decorrer dos anos 2000 ampliaram suas atividades econômicas e diversificaram seus parques industriais o que refletiu na rápida superação desses municípios sobre Paraisópolis que continuou na dependência de uma única grande indústria e que veio a sofrer no início da década seguinte a recessão econômica mundial e nacional entre 2009 e 2016 e que culminou com a eliminação de centenas de postos de trabalho na principal indústria mantenedora da maioria do emprego e renda na cidade.

A melhoria no ambiente econômico nacional a partir de 2017 com o empresariado retornando aos investimentos e a população ao consumo, voltaram a dar impulso na economia do município que teve naquele ano sua maior arrecadação histórica já registrada com R\$ 47.975.635,81. Porém, quando comparada com os outros municípios acima citados, essa arrecadação é pequena e reforça a ideia da continuidade da dependência da arrecadação municipal da grande indústria multinacional instalada na cidade.

Para o problema proposto para a elaboração deste trabalho sobre Paraisópolis, as tabelas e gráficos mostram números claros do foco para onde deveriam ir as ações concentradas para o desenvolvimento econômico efetivo e constante do município por parte dos gestores públicos. O grande desafio para a administração municipal é conseguir atuar nos distintos potenciais existentes na região alavancando o desenvolvimento econômico cuja criação de novas vagas de trabalho constitui na prática, a principal necessidade da população ao findar a segunda década do século XXI. A brutal queda de emprego e renda em Paraisópolis explicitada pelo Índice Firjan no período 2009 a 2016 é um dado alarmante onde

os números mostram por si o que a população reclama em seu dia a dia. No momento em que os municípios vizinhos, sobretudo aqueles atravessados em seus territórios pelas faixas da BR 381, a rodovia Fernão Dias, atraem o grosso do volume de investimentos oriundos do vizinho estado de São Paulo, é preciso que um município pequeno como Paraisópolis, mais afastado daquele eixo de desenvolvimento, crie entre seus muitos diferenciais (mão-de-obra qualificada para a indústria, terras para agricultura e pecuária, clima e paisagens para turismo), situações concretas de estímulos a investimentos não apenas do empresariado local já estabelecido, mas também ofertando a cidade e o que ela tem a oferecer para aqueles que buscam no Sul de Minas o sítio de seu novo empreendimento. E isso exige vontade política e pessoal capacitado. A inexistência de uma estrutura adequada dentro da própria Prefeitura de Paraisópolis voltada exclusivamente para a área de desenvolvimento econômico, onde a criação de uma Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico seria a ferramenta ideal para isso, já é um entrave administrativo para o próprio município e a busca de soluções para o desalento da população desempregada.

Agricultura, indústria e serviços, as três áreas bases da composição do PIB, continuam encontrando em Paraisópolis terreno fértil para crescimento a despeito das dificuldades que a economia nacional atravessou entre 2014 e 2016. O chefe do poder executivo municipal não deve apenas resignar-se às limitações de dificuldades administrativas criadas na esfera estadual e federal, mas também conhecer as oportunidades do local que ele governa e partir para tirar proveito das potencialidades latentes, dando para sua população o que ela precisa, e que no caso de Paraisópolis, são oportunidades de emprego. O município de Paraisópolis tem alternado anos de crescimento com desenvolvimento econômico com apenas anos de crescimento econômico ou mesmo um decréscimo relativo nisto, deixando fora de seu mercado produtivo nessa situação econômica local instável, uma parte considerável de pessoas que têm dificuldade em conseguir no próprio município uma recolocação profissional quando demitidas de seu trabalho ou de encontrar o primeiro emprego, como é o caso dos jovens.

Os indicadores analisados de todos os institutos de pesquisas neste trabalho, mostram que a educação e saúde públicas em Paraisópolis são em sua maior parte bem atendidas. No município é possível na área de educação ir-se do ensino infantil até o superior em escolas públicas. Boas escolas particulares de todos os níveis também se encontram oferecendo seus serviços. Essa universalização do acesso ao conhecimento levou mais de um século para ser concluída desde a criação do “Externato Paraisense” em 1899, um instituto municipal de educação primária e secundária, até as graduações e pós-graduações através da Universidade

Aberta do Brasil, cujo polo local da Universidade Federal de São João del Rei, veio a consumir a escolha da população de Paraisópolis pela educação. Essa é sua maior conquista.

No que compete às obrigações públicas do município para com a saúde, este setor também se mostra dinâmico realizando muitas vezes serviços que vão além de sua jurisdição de obrigatoriedade devido às deficiências na realização dos serviços que cabem ao governo do Estado de Minas Gerais e ao governo federal. Uma eficiente rede de prédios equipados funcionando como unidades de saúde nos bairros realizam consultas médicas assim como uma policlínica municipal utilizada para atendimentos complementares na área de saúde. Pacientes com necessidade de exames de maior complexidade, são encaminhados para outros municípios em veículos de uma frota municipal própria para isso. A distribuição de medicamentos dá-se mediante apresentação do receituário médico, independente da classe social da pessoa que recorre à farmácia municipal. O hospital da cidade, em funcionamento há muitas décadas, possui convênio com a prefeitura para seu serviço de pronto Socorro e é uma referência no atendimento na região de Paraisópolis. Diversas clínicas médicas e laboratórios de exames particulares completam o atendimento à população da cidade e sua região com eficiência. O saneamento com água e esgoto atendem praticamente a totalidade da população com serviços de uma autarquia municipal encarregada desses trabalhos assim como o acesso à eletricidade fornecida pela empresa estadual beira os 100% das construções do município.

O serviço municipal para a assistência social atende em princípio aos munícipes carentes procurando mitigar as necessidades de quem o procura. Assim, benefícios eventuais tais como auxílio funeral, distribuição de passagens em ônibus intermunicipal, pagamento de aluguel social e energia elétrica e doação de cestas de alimentos básicos, compõem um auxílio imediato. Também cabe ao setor de serviço social do município o cadastro de moradores para o recebimento de auxílios oriundos do governo federal como os projetos habitacionais, assim como realizar estudos do perfil social de solicitantes vulneráveis de produtos ou serviços de caráter das áreas médicas e não atendidos em princípio pela Secretaria Municipal de Saúde.

5 CONCLUSÃO

A intenção geral deste trabalho foi desenvolver uma visão sobre a situação econômico-social do município de Paraisópolis no período de um quarto de século que decorreu por três recenseamentos do governo federal exatamente no período de transição do século e do milênio e no momento a partir do qual, no caso da nação brasileira, as leis e diretrizes apontadas pela nova Constituição em vigor desde 1988, trouxeram mudanças e exigências significativas para os gestores públicos na administração da *Res publica*, no exato período em que a evolução das comunicações e meios de informação, em especial os digitais, disponibilizaram uma amplitude de acesso inédito às informações de interesse social. Nesse sentido, foi realizada uma verificação nos bancos de dados de instituições governamentais das informações que preencham um espaço mínimo para a compreensão do tema proposto.

O método de coleta, condensação e comparação de dados das informações obtidas pelas instituições governamentais e que constituem o corpo principal deste trabalho, permite a análise temporal e viabiliza a compreensão do momento social e econômico do município estudado. A inserção de um indicador mais dinâmico neste trabalho por ter uma elaboração anual que foi o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, é importante por poder trazer à luz as disparidades ou semelhanças de diferentes administrações no município e num curto prazo compondo um painel crítico e que o simples censo decenal pode manter oculto se considerado apenas ele num estudo de interpretação de dados.

Uma síntese deste estudo pode situar-se na constatação de que o município de Paraisópolis, mesmo tendo tido uma evolução geral positiva nos últimos anos, encontrou-se aquém do aproveitamento de seu potencial dentro da rápida dinâmica desenvolvimentista que envolveu e continua a envolver atualmente a região Sul de Minas e careceu de uma Política de Estado, de longo prazo, articulada com os agentes de sua sociedade e não uma efêmera política de governos quadrienais que simplesmente se alternaram no poder e que não promoveram na prática suficientemente o crescimento e desenvolvimento sustentado do município visando o futuro do bem-estar coletivo de sua população e que pudesse mitigar os problemas de origem exógena. Atendendo aos objetivos deste trabalho, foi possível identificar que uma limitação microeconômica local é a ação administrativa e política insuficiente de valorização e estímulo do empreendedorismo como fator de geração de renda e emprego ao mesmo tempo em que limitações macroeconômicas podem ser gerenciadas já nas bases das despesas sem a aplicação inútil de recursos escassos advindos do governo estadual e federal.

O efetivo crescimento e conseqüente desenvolvimento econômico do município de Paraisópolis, deu-se principalmente nos últimos quarenta e sete anos com a sua interação à economia do Vale do Paraíba paulista de quem é vizinho e possui relações históricas e sociais que remetem à época do Brasil colonial. Essa realidade é uma tendência contínua ao mesmo tempo em que o município se interage atualmente dentro de sua própria microrregião e também à macrorregião estadual na qual está inserido quando avançam os estudos e articulações políticas para a criação da Região Metropolitana do Sul de Minas junto à Assembleia Legislativa do Estado. Essa posição de fronteira de Paraisópolis entre duas regiões interestaduais desenvolvidas é relevante e merece um acompanhamento e aproveitamento das oportunidades oriundas de ambas.

Este trabalho deixa em aberto ainda possibilidades de novos estudos que surgiram e não foram desenvolvidas, pois, o tornariam muito extenso. Entre as principais possibilidades estão o detalhamento de estudos para a solução do problema da variável emprego e renda que está deficitária em Paraisópolis e que precisa se constituir na principal preocupação dos gestores públicos municipais a curto prazo e também o estudo das “necessidades faltantes” para o atendimento da parcela menor da população que apareceu não atendida suficientemente nas áreas de educação e saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em:
http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/parais%C3%B3polis_mg. Acesso em 30/06/2018.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial de São Paulo**. Campinas: Unicamp, 1998.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura: a sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CHANG, Ha Jong. **Chutando a escada**. São Paulo: Unesp, 2004.
- FIRJAN, **Índice de desenvolvimento municipal**. Disponível em:
<http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MG&IdCidade=314730&Indicador=1&Ano=2016>. Acesso em 25/06/2018.
- FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARTINS et al. **Caracterização e avaliação dos conhecimentos existentes sobre a região do Vale do Paraíba e diagnósticos resultantes**. Pindamonhangaba: CODIVAP, 1971.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009.
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Schwarcz S.A., 1999.
- SOLOW, Robert Merton. **Os Desafios da Economia**. Lisboa: Clube do Livro, 2004.
- SOUZA, N.J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.
- VELOSO, Fernando. **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira**. São Paulo: Editora Elsevier, 2012.
- YIN, R.K. **Estudo de caso. Planejamento e métodos**. 4ª. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.